

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

**CARLOS ALBERTO DA SILVA LEÃO**

**A comunidade quilombola de Gurupá e o extrativismo do açaí:  
Desafios e possibilidades.**

Belém.

2023

Carlos Alberto da Silva Leão

**A comunidade quilombola de Gurupá e o extrativismo do açaí:  
Desafios e possibilidades.**

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Juliana Lima Spindola.

Belém

2023

## Ficha Catalográfica

LEÃO, Carlos Alberto da Silva.

A comunidade quilombola de Gurupá e o extrativismo do açaí: Desafios e possibilidades. Carlos Alberto da Silva Leão. Belém: FLACSO/FPA, 2023.

69 f.:il

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, ano.

Orientadora: Juliana Lima Spindola.

Carlos Alberto da Silva Leão

**A comunidade quilombola de Gurupá e o extrativismo do açaí:  
Desafios e possibilidades.**

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Aprovada em: 07 de julho de 2023.

---

Profa. Dra. Juliana Lima Spindola.  
FLACSO Brasil/FPA

---

Profa. Dra. Sônia Cristina de Albuquerque Vieira.  
EA/UFPA.

---

Profa. Dra. Karine Narahara.  
University of North Texas - UNT

---

Profa. Dra. Leticia Moreira. (suplente)

Dedico esta dissertação às minhas famílias Silva e Leão que não mediram esforços para que pudesse atravessar a Baía do Marajó em uma verdadeira “diáspora” na década de setenta para buscar conhecimentos e de alguma forma retornar com esses aos marajoaras. Também à minha esposa Yonah e aos meus filhos Edmar e Inácio que sempre me impulsionaram “pra frente” em todos os desafios a mim apresentados.

## Agradecimentos

Em primeiro lugar, ao meu pai celestial que pela interseção do Glorioso São Sebastião e de Nossa Senhora de Nazaré, nunca permitiu que me faltasse fé, força, luz e conforto espiritual nos momentos mais difíceis da pesquisa que coincidiu com a pandemia da Covid-19.

Aos meus pais (*in memoriam*), sobretudo minha mãe (Yolanda Cheres da Silva Leão), que sempre apoiaram incondicionalmente com incentivo, conforto, carinho e também financeiramente e que em nenhum segundo de minha vida duvidaram de minha capacidade.

À minha esposa Yonah Figueira que me apoiou nos momentos mais difíceis dessa dissertação, principalmente nas orientações e sistematizações, com paciência e tolerância de professora e esposa que só me fizeram te amar cada vez mais, pois, sei que poderei contar com você como porto seguro e que ao seu lado não terei outro futuro que não seja o sucesso.

Aos meus filhos Edmar Leão e Inácio Leão, pela compreensão de às vezes terem que dividir o tempo com o trabalho e com as pesquisas dessa dissertação, por apoiarem um engenheiro quase sexagenário e teimoso em querer continuar estudando as ciências humanas para compreender a humanidade e por ajudarem nas leituras corretivas dos diversos trabalhos para obtenção dos créditos necessários para seguir em frente.

Às professoras orientadoras Profa. Dra. Karine Lopes Narahara e Profa. Dra. Juliana Spínola pela compreensão e auxílio nas minhas debilidades e paciência com minhas teimosias. Sem vocês teria sido muito mais difícil.

Ao PT - Partido dos Trabalhadores e a FPA – Fundação Perseu Abramo que através de seus dirigentes ousaram em acreditar nos seus filiados através da formação política acadêmica como ferramenta de transformação social.

Aos remanescentes quilombolas de Gurupá, pela hospitalidade e disponibilidade sempre oferecidas nas visitas ao seu território através da ARQUIG, especialmente ao professor Rosivaldo Correa e sua família.

“O escravo que mata o senhor, seja em que circunstância for, mata sempre em legítima defesa”. (Luís Gama, jornalista e líder abolicionista).

## Resumo

A presente dissertação aborda a origem dos quilombos no mundo e como chegaram ao Brasil, na Amazônia marajoara e na comunidade remanescente de Gurupá. Tem como objetivo analisar o sistema produtivo e a possibilidade do cooperativismo com vistas ao beneficiamento interno do açaí, enquanto estratégia para ampliação na geração de renda da comunidade quilombola de Gurupá no município de Cachoeira do Arari, estado do Pará, no contexto dos conflitos territoriais entre esta comunidade e os “posseiros fazendeiros” e rizicultores. A metodologia da pesquisa foi de natureza descritiva e quantitativa, com realização de entrevistas a partir de um questionário elaborado na ferramenta google forms. Os resultados e conclusões apontaram que o quilombo de Gurupá por ser um território que está prestes a concluir seu processo de posse coletiva da área, via a desintração do patrimônio da união para que a própria comunidade enquanto proprietária decida a melhor forma de uso dos recursos naturais, poderá diante das análises apresentadas viabilizar além do extrativismo do açaí, o beneficiamento do mesmo na própria comunidade através do cooperativismo e dessa forma, introduzir na economia do quilombo o valor agregado deste produto, com vistas à promoção da sustentabilidade econômica das famílias moradoras de Gurupá e melhoria de sua qualidade de vida.

**Palavras Chave: Remanescentes de quilombos. Conflitos territoriais. Extrativismo do açaí. Beneficiamento do açaí. Cooperativismo.**

## Abstract

The present dissertation addresses the origin of the quilombos in the world and how they arrived in Brazil, in the Marajoara Amazon and in the remaining community of Gurupá. Its objective is to analyze the productive system and the possibility of cooperativism with a view to the internal processing of açaí, as a strategy for expanding the income generation of the Quilombola community of Gurupá in the municipality of Cachoeira do Arari, state of Pará, in the context of territorial conflicts between this community and the “squatter farmers” and rice growers. The research methodology was descriptive and quantitative, with interviews based on a questionnaire prepared using the google forms tool.

The results and conclusions pointed out that the Quilombo de Gurupá, as a territory that is about to conclude its process of collective ownership of the area, saw the removal of the union's heritage so that the community itself as owner decides the best way to use natural resources. , will be able, in view of the analyzes presented, to enable, in addition to the extraction of açaí, its processing in the community itself through cooperativism and, in this way, to introduce the added value of this product into the economy of the quilombo, with a view to promoting the economic sustainability of the families living in Gurupá and improving their quality of life.

**Keywords: Quilombo remnants. Territorial conflicts. Acai extractivism. Benefits of açaí. Cooperativism.**

## Lista de Siglas

ABA - Associação Brasileira de Antropologia.  
ADEPARÁ – Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará.  
APA - Área de Proteção Ambiental.  
ARQUIG – Associação Remanescente Quilombola de Gurupá.  
ASTRUCÁ – Associação dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira do Arari.  
CAFAS – Cooperativa dos Agricultores e Agricultoras Familiares de Salvaterra.  
CE/PA – 89 (Constituição Estadual do Pará de 1989).  
CEB's - Comunidades Eclesiais de Base.  
CIABA - Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar.  
COOPERACRE - Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre.  
COOPERFLONA - Cooperativa Mista da Flona do Tapajós.  
COOPEROSTRA - Cooperativa de Trabalho Rio das Ostras.  
EFOMM - Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante.  
EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental.  
EMATER/PA – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará  
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agronômica.  
GPTDA - Grupo de Estudo e Pesquisa Trabalho e Desenvolvimento na Amazônia.  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.  
LAR - Licença de Atividade Rural.  
MALUNGU - Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará.  
MPE – Ministério Público Estadual.  
MPF – Ministério Público Federal.  
MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra  
NAEA - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.  
OCB – Organização das Cooperativas do Brasil.  
OIT – Organização Internacional do Trabalho.  
ONU – Organização das Nações Unidas.  
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos.  
PCTAF - Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares.  
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar.  
PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio.  
PNCSA - Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.  
PT - Partido dos Trabalhadores.  
RBMA - Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.  
RHA - Relatório Histórico Antropológico.  
RTID - Relatório técnico de Identificação e Delimitação  
SEBRAE - Serviço de Apoio à Micro e Pequenas Empresas.  
SEMA/PA - Secretaria de Meio Ambiente do Pará.  
SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia.  
SOCIPE - Sociedade Cooperativa da Indústria e Pecuária do Pará.  
STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.  
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

## Lista de Gráficos

- Gráfico 1- Entrevistados extrativistas
- Gráfico 2 – Sexo dos entrevistados
- Gráfico 3 – Faixa etária dos entrevistados
- Gráfico 4 – Setor em que moram os entrevistados no Quilombo.
- Gráfico 5 – Escolaridade dos entrevistados
- Gráfico 6 – Entrevistados consideram-se proprietários das áreas
- Gráfico 7 – Conflitos com fazendeiros na área dos entrevistados
- Gráfico 8 – Influência dos conflitos com fazendeiros nas atividades econômicas dos entrevistados
- Gráfico 9 – Tipos de influências dos conflitos nas atividades econômicas dos entrevistados.
- Gráfico 10 – Atividades econômicas dos entrevistados.
- Gráfico 11 – Forma de produção dos entrevistados no extrativismo do açaí.
- Gráfico 12 – Renda familiar mensal média dos entrevistados
- Gráfico 13 – Principais fontes de renda dos entrevistados.
- Gráfico 14 — Conhecimento sobre o significado de cooperativismo
- Gráfico 15 – Interesse dos entrevistados em participar de cooperativa.
- Gráfico 16 – objetivo do financiamento dos entrevistados.
- Gráfico 17 – Novos negócios para serem desenvolvidos.
- Gráfico 18 – Tipo de instituições de financiamento procuradas pelos entrevistados
- Gráfico 19 – Procura por financiamento pelos entrevistados.
- Gráfico 20 – Situação de já ter sido financiado dos entrevistados.
- Gráfico 21 – Origem do financiamento dos entrevistados
- Gráfico 22 – Dificuldades dos entrevistados com o financiamento.
- Gráfico 23 – Auto avaliação dos entrevistados sobre bom administrador de dinheiro
- Gráfico 24 – Auto avaliação dos entrevistados sobre ter capacidade de liderança
- Gráfico 25 – Auto Avaliação dos entrevistados sobre ter iniciativa própria
- Gráfico 26 – Auto Avaliação sobre responsabilidade para assumir negócios
- Gráfico 27 – Novas ideias para financiamentos dos entrevistados
- Gráfico 28 – Valores financiados aos entrevistados
- Gráfico 29 – Período do financiamento dos entrevistados.
- Gráfico 30 – Projeto executado com o financiamento pelos entrevistados.
- Gráfico 31 – Status do projeto dos entrevistados nos dias atuais.
- Gráfico 32 – Principais problemas para os entrevistados que moram no Gurupá.
- Gráfico 33 – Principais problemas dos entrevistados produtores de açaí.

## Lista de Figuras

- Figura 1: Localização de Cachoeira do Arari no Pará.
- Figura 2: Mapa da Comunidade de Gurupá. Fonte: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA).
- Figura 3: Açaizal nas margens dos rios do território quilombola.
- Figura 4: Produção dos principais produtos extrativista (tonelada) por estado da Amazônia
- Figura 5. Sede da CAFAS – Salvaterra – Marajó.
- Figura 6 . CAFAS na 3ª FENCOOP.
- Figura 7: Rios Arari e Gurupá. Fonte: SIPAM/IBGE (2004).
- Figura 8. Modo de vida quilombola.
- Figura 9. Rizicultores.
- Figura 10: Mapa do Território do Quilombo Gurupá e seus conflitos.

## Sumário

1.	Introdução	14
1.1.	Objetivos	20
1.1.1.	Objetivo geral	20
1.1.2.	Objetivos específicos	20
2.	Revisão bibliográfica	21
2.1.	Funcionamento do sistema de cooperativas – Cooperativismo	27
3.	Metodologias	31
4.	Resultados e discussões	34
4.1.	Remanescentes quilombolas de Gurupá e os conflitos territoriais.	34
4.2.	Produtores de açaí do Quilombo de Gurupá e o Cooperativismo	41
4.2.1.	Aspectos socioeconômicos	41
4.2.2.	Aspectos territoriais e da organização produtiva	44
4.2.3.	Interesse, expectativa e vocação em relação ao cooperativismo	48
4.2.4.	Desafios enfrentados pelos comunitários produtores de açaí.	57
5.	Considerações finais	59
	Referências	62
	Anexo I - TCLE	
	Anexo II – Parecer comitê de ética	
	Anexo III - Formulário	

## Capítulo 1 - Introdução:

Os quilombos fazem parte de uma época triste da história do Brasil. A escravidão deixou profundas marcas no país. Feridas que ainda insistem em não cicatrizar. Neste enredo de exclusão, desigualdades e racismo institucionalizado, emergem as comunidades de remanescentes quilombolas, lutando por acesso e políticas inclusivas para suas populações, construindo novas realidades e conquistando vitórias ao longo da história. De origem Bantu, o termo quilombo significa “acampamento guerreiro na floresta” e floresceu entre o Zaire e a Angola, entre os séculos XVI e XVII, como local onde os oprimidos se encontravam para se opor às instituições escravocratas (LEITE, 2000). O conceito de lugar secreto em que ficavam ou para onde iam as pessoas escravizadas que fugiam das fazendas, minas e casas de família, onde eram exploradas e sofriam maus tratos e que normalmente era encoberto ou escondido em meio ao mato ficou para trás no Brasil contemporâneo.

Para Bastos (2007) pode-se afirmar que hoje, os quilombos ou comunidades remanescentes de quilombos, constituem comunidades organizadas, nem sempre isoladas ou surgidas de insurreições, ou seja, são grupos que desenvolvem práticas cotidianas de resistência e lutas na produção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de seus territórios, com experiência comum e trajetórias compartilhadas mediante grande capacidade organizativa para enfrentar os conflitos.

Para a Associação Brasileira de Antropologia (ABA, 1994), O termo “remanescente de quilombo” é utilizado pelos grupos para designar um legado, uma herança cultural e material que lhes confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar e a um grupo específico. Trata-se, portanto, de grupos que possuem identidade étnica diferenciada e dependem da terra para sua reprodução física, social, econômica e cultural.

Em 2022 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) adotou o princípio da “autodeclaração” no censo de contagem populacional baseado no entendimento consolidado pela: Convecção 169 da OIT, na Divisão de Estatísticas das Nações Unidas (UNSTATS) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), das quais se destacam a Agenda 2030 e o Consenso de Montevideu sobre População e Desenvolvimento. De acordo com os resultados do Censo Demográfico 2022, a população quilombola residente no Brasil é de 1.327.802 pessoas, correspondendo a 0,65% da

população. Esta população está em 3.583 comunidades dispersas em 24 estados divididas em 1.696 municípios brasileiros. Para se ter uma ideia comparativa, isso representa mais que o dobro do número de localidades indígenas (827). Dos estados brasileiros, o Maranhão é o que tem o maior número de localidades quilombolas conforme certificação da Fundação Cultural Palmares – FCP/2022: são 859 no total. Em seguida vem o estado da Bahia com 841, Minas Gerais com 453, Pará com 266 e Pernambuco com 196. Mas, é no estado do Pará, na região Norte, que está a maioria das localidades com delimitação oficial (87).

A escravidão africana na Amazônia iniciou-se por volta do final do século XVI e início do século XVII. Através dos ingleses, os primeiros africanos foram trazidos para atividades agrárias na costa do Amapá, sendo usados na cana-de-açúcar para substituir a mão-de-obra indígena, pois estreitar alianças e evitar conflitos com os nativos era estratégico para a expansão territorial inglesa na região (NETO, 2012). Segundo o autor, entre 1680 a 1841, os cativos africanos ingressados no Grão-Pará totalizaram aproximadamente 58.895.

Um dos lugares de ampla escravidão africana foi no Baixo Rio Amazonas, conduzidos a trabalhar nas fazendas de cacau e gado (SALLES, 1988). Outra área de maior concentração africana foi nas fazendas do Marajó, no final do século XVII, quando introduzidos no trabalho da criação de gado, na agricultura, pesca e outras atividades ordenadas pelos fazendeiros (CARDOSO et al, 2012).

Segundo Napoleão Figueiredo (1976), no contexto dos conflitos entre ordens religiosas e colonos, teve-se na Amazônia a entrada gradual e cada vez mais frequente da mão de obra negra escrava, com o intuito de substituir o nativo. Essa mão de obra vinda do continente africano aportava em São Luiz e Belém e daí eram dirigidas para as outras regiões do vale amazônico, chegando principalmente às fazendas do Marajó e de Cachoeira do Arari, onde encontra-se o território do quilombo de Gurupá.

Inserida nesse contexto histórico de conflitos territoriais, a presente dissertação aborda as possibilidades e desafios do extrativismo do açaí na comunidade remanescente quilombola de Gurupá que fica localizada no município de Cachoeira do Arari, na ilha do Marajó – Pará (Figura 1) compreendendo uma poligonal que tem ao norte uma linha imaginária do ramal do Caracará até o Lago da Estiva, ao sul o Rio Arari, á leste a Linha

de Visconde e á oeste o Lago da Estiva com acesso a partir do Rio Gurupá que é de um braço do Rio Arari, na margem esquerda, já na foz chegando a baía do Marajó com diversos lagos no interior da poligonal (Figura 2).



Figura 1: Localização de Cachoeira do Arari no Pará. Fonte: IBGE (2016).

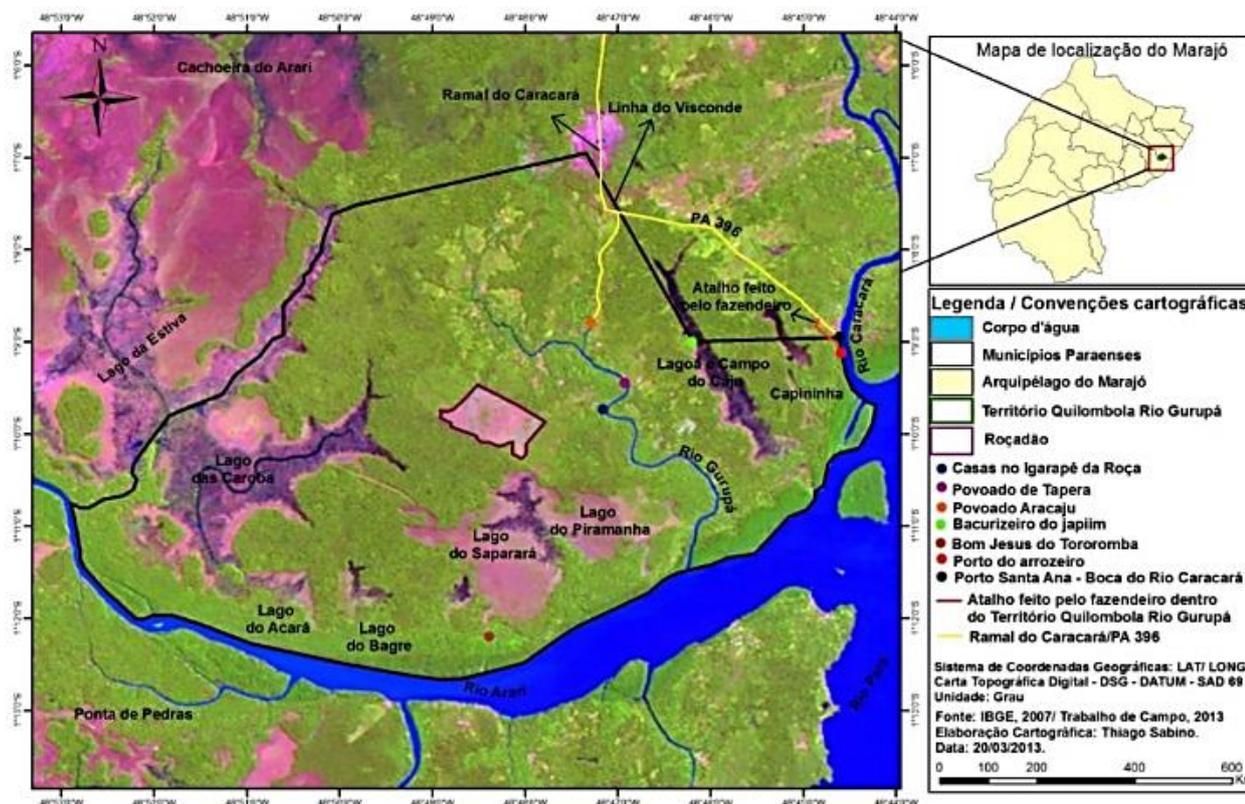


Figura 2: Mapa da Comunidade de Gurupá. Fonte: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA).

Tal comunidade vem, ao longo das últimas décadas, resistindo e sobrevivendo em um território que se encontra desde o século XVIII como sendo “propriedade” de fazendeiros da região, que sempre dificultaram o acesso à pesca, ao extrativismo da madeira e, principalmente, do açaí para os moradores nativos do lugar. Usa-se o termo proprietário entre aspas, pois legalmente a área está em litígio e também é o entendimento político do autor pela experiência de décadas acompanhando não só a luta e a resistência da comunidade, como também o estudo antropológico e o processo de luta jurídica em andamento.

O extrativismo tem sido uma das principais atividades econômicas para o sustento dos quilombos desta região do Marajó. Entre essas atividades estão: extração de madeiras brancas (virola, pau mulato, sumaúma), do açaí (fruto e palmito), da borracha, pesca de peixes e camarões, e agricultura, voltada principalmente para o consumo familiar (farinha de mandioca, abacaxi, milho, melancia e outros) e criação de animais de pequeno porte (porco, pato, galinha) (GPTDA, 2012). Mas, estes recursos naturais também têm sido objeto de interesse de exploração pelos supostos “proprietários”, seus representantes e/ou arrendatários (os que alugam a terra e os recursos naturais dos que se dizem proprietários) e marreteiros (aqueles que intermediam a compra, venda e troca dos recursos naturais com os quilombolas nativos). É nas margens do Rio Arari, Rio Gurupá e diversas ribeiras cercadas por árvores nativas seculares, com toda a beleza da floresta amazônica marajoara, permeadas por casas de madeiras, cobertas de palhas com trilhas de pés descalços, ventos, movimentos de marés, urros, assovios e o imaginário de visagens e assombrações, principalmente na imensidão da noite, que se dá esse conflito pela terra e seus recursos naturais.

A localização do território quilombola de Gurupá às margens de rios e igarapés favoreceu o acesso a uma das fontes mais importantes de alimento e geração de renda, o açazeiro, que está concentrado em áreas de florestas e várzea do arquipélago e por décadas alimenta muitos quilombos e sustenta a economia local – Figura 3. (GPTDA, 2012).

Aqueles que se dizem “proprietários” ou seus parceiros representantes (marreteiros ou barcos regatões), ao longo de séculos, tentam manter uma dependência deles para a sobrevivência destes quilombolas. Isso ocorre através do sistema comercial de “meio a meio” que funciona da seguinte maneira: divide-se na metade aquilo que é retirado dos recursos naturais ou através de troca desses produtos com mercadorias de primeiras

necessidades. Esse sistema resulta, em geral, na manutenção de um endividamento dos quilombolas para com os ditos proprietários/representantes, e é conhecido como sistema de aviamento.



Figura 3: Açaizal nas margens dos rios do território quilombola. Fonte: Autor.

O sistema de aviamento nada mais é do que um intercâmbio de trocas de mercadorias, bastante antigo, com características medievais, mas que com algumas reformulações sobrevive até os dias atuais na Amazônia como um todo e no Marajó em particular, tanto nas fazendas quanto nas comunidades ribeirinhas quilombolas ou não.

Para Teixeira (1980) o sistema de aviamento se mantém como uma adaptação, uma ressignificação do capitalismo para manter o seu monopólio e a subordinação do trabalho ao capital, conforme as características por ele apontadas em seringais no município de Humaitá, no Sul do Amazonas, em pesquisa realizada no período de 1976 a 1979:

- a) as relações socialmente coercitivas de sujeição do trabalhador ao dono do seringal;
- b) a ausência de liberdade nas relações de troca entre seringueiro e seringalista;
- c) a inexistência de moeda física na maioria das operações, mesmo quando existia saldo em favor do seringueiro;
- d) a dívida como instrumento de acumulação capitalista e de retenção de mão de obra, transformando o trabalhador considerado “livre” num servo cativo;
- e) o aviamento como uma engrenagem na extração de mais valia sobre trabalho;
- f) a ideologia condenatória quando se tratava de fuga ou desvio de produção no seringal.

No Marajó muitas das sedes das fazendas ainda cumprem o papel centralizador da troca de mercadorias, como se fossem armazéns, bem como alguns marreteiros e/ou donos

dos barcos regatões também fazem este intercâmbio, buscando manter os nativos presos ao sistema.

Neste contexto de resistência, busca de direitos, luta por garantia do território, acesso aos recursos naturais para sobrevivência, melhoria de renda e organização comunitária, a presente dissertação aborda a questão da organização produtiva e a vocação para o cooperativismo, particularmente em relação à atividade de extrativismos do açaí, no quilombo de Gurupá.

Parte-se da premissa de que a organização coletiva para a extração do fruto melhora o seu rendimento pela divisão do trabalho, pela diminuição dos custos e pela facilidade de comercializar uma colheita coletiva com os compradores, bem como, em definir o que será comercializado em frutos e o que será beneficiado. Isso porque cada extrativista sabendo o que o outro vai fazer, fica mais difícil ter excedente tanto de frutos quanto de polpa do açaí, ou como eles dizem: “sabendo quando cada um vai retirar a produção de sua área fica mais difícil à gente se alagar”.

Desse modo, o cooperativismo é uma possibilidade que precisa ser considerada na comunidade quilombola do Gurupá, tendo em visto o incremento da sua renda e melhoria da qualidade de vida mediante a organização coletiva e beneficiamento da produção e diversas experiências na Amazônia em geral e em especial em localidades do Marajó, próximas ao Quilombo de Gurupá, já no município de Salvaterra.

O referencial teórico que dará sustentação à pesquisa está relacionado ao sistema produtivo do extrativismo do açaí e ao beneficiamento/industrialização desse fruto em contextos comunitários de forma geral e, particularmente, no caso do Quilombo de Gurupá, com especial atenção à possibilidade de uma organização coletiva via o cooperativismo. Adicionalmente, como pano de fundo, serão abordadas questões históricas e mais gerais das comunidades quilombolas num diálogo com alguns autores que tratam especificamente dos conflitos, da organização e das lutas da comunidade quilombola de Gurupá. A seguir apresentam-se os objetivos da dissertação.

## **1.1 – Objetivos:**

### **1.1.1 Objetivo geral:**

Analisar a organização produtiva e a vocação para o cooperativismo da comunidade quilombola de Gurupá com vistas ao beneficiamento do açaí, no contexto dos conflitos territoriais vivenciados por essa comunidade.

### **1.1.2 Objetivos específicos:**

1. Apresentar um panorama histórico dos conflitos que permeiam o território do Quilombo de Gurupá;
2. Traçar o perfil socioeconômico e caracterizar a organização produtiva dos extrativistas de açaí no Quilombo de Gurupá;
3. Investigar o interesse, a expectativa e a aptidão dos comunitários produtores de açaí em relação ao cooperativismo e beneficiamento do açaí;
4. Contribuir para uma melhor compreensão sobre a possibilidade de cooperativismo e melhoria de renda na comunidade quilombola Gurupá, no contexto de conflitos territoriais.

A presente dissertação está organizada em cinco capítulos, quais sejam:

O capítulo 1 da introdução aborda a origem dos quilombos no mundo e como chegaram ao Brasil, Amazônia marajoara e na comunidade remanescente de Gurupá, apresenta os objetivos geral e específicos da dissertação. Em seguida o Capítulo 2 faz a revisão bibliográfica sobre o tema. Aborda a visão contemporânea de quilombo, dialoga com conflitos em comunidades quilombolas, debate sobre o extrativismo do açaí em comunidades amazônicas, aponta o beneficiamento e o cooperativismo como alternativas de melhorias de renda. O capítulo 3 apresenta as metodologias empregadas para o desenvolvimento da pesquisa, onde se aplicou questionários presenciais na comunidade, além da definição da aplicação dos mesmos dentro do espaçamento territorial, definido com a própria comunidade, revisão bibliográfica sobre o tema destacando a vivência do pesquisador com o território. O Capítulo 4 traz os resultados e discussões considerando os remanescentes quilombolas de Gurupá e os conflitos territoriais, a demografia sócio econômica dos produtores de açaí e o cooperativismo, também os aspectos territoriais e socioeconômicos da organização produtiva, os interesses, expectativa e aptidão em relação

ao cooperativismo dentro dos desafios enfrentados pelos comunitários produtores de açaí. Por último, as considerações finais evidenciam de forma objetiva as possibilidades e desafios da comunidade rural quilombola de Gurupá, com vistas de geração de renda e melhoria das condições de vidas dos quilombolas.

## **Capítulo 2 - Revisão bibliográfica.**

A bibliografia que dará sustentação à pesquisa está relacionada às questões históricas e mais gerais das comunidades quilombolas num diálogo com alguns autores que tratam especificamente dos conflitos, da organização e das lutas da comunidade quilombola de Gurupá. Outro aspecto será a abordagem bibliográfica sobre a principal produção da comunidade que é o extrativismo do açaí.

Schmitt e Carvalho (2002) tratam da atualização do conceito de quilombo ao apresentarem novas definições sobre comunidades quilombolas, elaboradas a partir da necessidade de reconhecimento oficial destas para que lhes seja assegurado o direito constitucional de propriedade sobre suas terras. Deixando de lado a visão cristalizada pela historiografia clássica baseada no isolamento dos quilombos, bem como de sua formação única por meio das fugas, em prol de um conceito ampliado que alça o território e a identidade - especialmente ligados à resistência - à condição de elementos fundamentais na determinação destes agrupamentos sociais denominados remanescentes de quilombo. Tal abordagem é fundamental para a pesquisa por debater o conceito atual de quilombo e como evoluiu legalmente na história do Brasil.

Cabral (2017) aborda especificamente os diversos conflitos existentes e a resistência da comunidade quilombola de Gurupá, inclusive no aspecto ambiental, pois o Marajó é APA – Área de Proteção Ambiental, conforme a CE/PA – 89 (Constituição Estadual do Pará de 1989). Constata que as atuais configurações no Marajó são heranças coloniais que conduzem para uma postura política de manutenção dos conflitos, onde quilombolas aparecem em desvantagem nas negociações, como no caso do quilombo de Gurupá.

Cabral (2017) também identifica e faz a cartografia dos principais conflitos, a fim de organizá-los de acordo com o grau de importância de cada um para a comunidade, na

emergência de buscar soluções para a organização do território quilombola e da resolução dos atuais conflitos.

Assim, o autor dialoga com o tema da pesquisa, pois entre os aspectos que se supõe como importante para a melhoria de renda da comunidade com o beneficiamento do açaí está o livre acesso ao extrativismo do fruto, que é um dos conflitos existentes na comunidade, devido a disputa pela propriedade e acesso à terra. Pois a comunidade se autodeclara remanescente de quilombo, conforme o novo conceito apresentado por Schmitt e Carvalho (2002).

Corroborando com Schmitt e Carvalho (2002) e Cabral (2017), Celestino (2015) aborda etnograficamente o conflito falado acerca do uso e ocupação de terras, quais sejam as narrativas da própria comunidade em momentos ocultos e os discursos públicos apresentados pela mesma, a partir da investigação e compreensão das estruturas de dominação, relações de poder e resistência, visibilizadas em situações de conflitos entre sujeitos de uma categoria dominante (fazendeiros) e grupos subordinados (quilombolas), , reunindo um universo de significações culturais distintas quanto às formas e normas do uso do território, tradicionalmente ocupado pelos quilombolas, e de seus recursos naturais. Esta abordagem contribui para o desenvolvimento da pesquisa e a compreensão antropológica da comunidade quilombola e a razão de suas resistências para garantir acesso à propriedade e conseqüentemente ao extrativismo do fruto do açaí de forma livre, sem divisão da produção com supostos proprietários e a partir disso obter maior renda com o beneficiamento da produção.

A questão do extrativismo na Amazônia sempre foi motivo de grandes debates entre as diversas visões de desenvolvimento. Esta questão também está presente no território do quilombo do Gurupá, pois de um lado temos aqueles que querem explorar os recursos naturais enquanto únicas oportunidades com vista ao crescimento econômico e financeiro através dos lucros cada vez maiores e aqueles que possuem uma relação peculiar de convivência permanente com estes recursos, visando sua sobrevivência e das gerações futuras. Mas, segundo SILVA (2016) ambos são considerados extrativistas:

Nas duas últimas décadas, o uso e a gestão dos recursos naturais têm sido temas recorrentes nos debates acadêmicos e políticos sobre desenvolvimento. De modo geral, para alguns atores (tanto acadêmicos como políticos), florestas, rios, solos, fauna e flora representam oportunidades de realização de atividades econômicas com vistas, sobretudo, ao crescimento econômico. Para outros, estão associados à constituição de um modo de vida peculiar, distinto daquele que se evidencia no mundo

moderno. Essas diferentes situações, e suas matizes, são aplicadas ao caso da Amazônia, região cujos processos sociais que desencadearam sua ocupação são embasados na exploração dos recursos naturais como atividades econômicas.

Diante desse contexto, SILVA (2016) discute o lugar do extrativismo vegetal no cenário do desenvolvimento amazônico, considerando as diferentes perspectivas sobre essa atividade na região e demonstra que na maioria dos estados há produção extrativa vegetal significativa e com possibilidades de resultados econômicos importantes, conforme dados do censo agropecuário abaixo:

Produtos Extrativistas	Estados federativos da Amazônia Legal									
	RO	AC	AM	RR	PA	AP	TO	MA	MG	Total
Açaí (fruto)	126	1.045	18.244	455	232.556	1.205	11	13.510	8	267.160
Andiroba	2	4	118	0	380	1	0	339	0	844
Babaçu (coco + amêndoas)	28	1	1	0	167	0	4.469	313.661	1	318.328
Bacuri	1	2	14	1	974	3	60	1.962	10	3.027
Borracha	279	2.433	267	0,0	1.131	1,0	304	165	0	4.580
Buriti (coco + palha)	4	48	627	179	1.373	0,0	195	3.759	19	6.204
Butiá (fibra)	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Carnaúba (cera)	0	0	1	0	0	0	0	36	0	37
Carnaúba (pó de palha)	0	0	0	0	0	0	0	1.193	0	1.193
Castanha do Pará	440	3.513	8.717	905	5.614	1.051	0	0	680	20.920
Caucho (goma elástica)	1	1	1	0	0	0	0	0	0	3
Copaiba (óleo)	1	0	60	0	7	0	1	1	1	71
Cumarú (semente)	1	6	19	0	11	0	1	0	0	38
Cupuaçu (mil frutos)	119	47	779	1	1.793	35	13	28	5	2.820
Jaborandi (folha)	0	0	0	0	1	0	1	418	0	420
Lenha (mil m <sup>3</sup> )	130	221	516	10	7.247	1	83	3.376	779	12.363
Maçaranduba (goma não elástica)	0	0	1	0	1	0	0	0	0	2
Madeira em toras (mil m <sup>3</sup> )	10	44	113	1	2.168	2	31	210	260	2.839
Mangaba (fruto)	1	1	1	0	68	0	1	10	0	82
Murici	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Murumuru (semente)	0	2	47	0	22	0	0	0	0	71
Açaí (palmito ou guariroba)	29	9	7	1	33.033	5	4	177	0	33.265
Pequi (coco)	0	1	0	1	190	1	199	1.334	25	1.751
Piaçava (fibra)	0	37	5.111	0	1	0	7	2	0	5.158
Pupunha	81	51	351	2	275	3	1	0	109	873
Sorva (goma não elástica)	0	0	4	0	0	0	0	0	1	5
Cajarana (tapereba)	1	3	238	1	50	0	3	136	0	432
Tucumã (coco)	1	0	3.228	40	746	1	0	1	1	4.018

Figura 4. Produção dos principais produtos extrativista (tonelada) por estado da Amazônia Legal.

Fonte: SILVA (2016). UFPR. Desenvolvimento e meio ambiente.

Os dados apresentados na Figura 4 ilustram a variabilidade de produtos extrativistas utilizados na Amazônia. Em termos quantitativos, são diversos os produtos extrativistas e a quantidade extraída, havendo expressiva diferença entre os estados amazônicos no que concerne à extração dos produtos extrativistas. De acordo com os dados apresentados na Figura 4, os principais produtos extrativistas estão concentrados nos Estados do Pará (açaí, palmito, castanha-do-pará, borracha e tucumã), Amazonas (piaçava, tucumã, castanha-do-

pará e açaí), Maranhão (babaçu, açaí e palmito), Acre (borracha e castanha-do-pará) e Tocantins (babaçu). Tais dados sugerem que os produtos e sua importância econômica (seja para consumo familiar ou para comercialização) diferem de estado para estado, sendo que no caso do Pará o açaí se destaca como grande oportunidade extrativa, visto que representa 87% da produção amazônica. Um dado importante é que grande parte dessa produção é obtida a partir de cooperativas como é o caso da Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre – COOPERACRE – e da Cooperativa Mista da Flona do Tapajós – COOMFLONA.

A COOPERACRE, criada em 2001, insere-se, principalmente, na tradicional atividade da cadeia produtiva da castanha-do-brasil. Aos poucos, passou a assumir a comercialização da castanha-do-brasil, além de borracha (nativa e de cultivo), óleo de copaíba e polpa de frutas. Reúne, atualmente, 25 cooperativas e associações, distribuídas em 10 municípios situados no Acre, abrangendo em torno de 1.800 famílias extrativistas. É a cooperativa referência em relação à produção extrativista do estado, que visa ao beneficiamento e comercialização, reunindo os principais atores de apoio à cadeia de valor da castanha-do-brasil. SILVA (2016)

A COOMFLONA, cooperativa formada exclusivamente pelos comunitários da Floresta Nacional do Tapajós, situada no Estado do Pará, executa o manejo florestal conforme o Plano de Manejo Florestal de Uso Múltiplo na Floresta Nacional do Tapajós. Destaca-se que a atividade econômica de produção madeireira é a mais importante realizada por estas comunidades da Flona do Tapajós, movimentando R\$ 4 milhões/ano a partir da comercialização de madeira em tora. De acordo com SILVA (2016), atua como geradora de trabalho e renda para 212 cooperados, impactando na qualidade de vida de aproximadamente 5.000 moradores, por meio de fundos oriundos da venda da madeira.

Martinot, Pereira e Silva (2017) contribuem na abordagem sobre as possibilidades de coletar ou cultivar o açaí, uma grande dúvida entre os agricultores e extrativistas na Amazônia, a partir da identificação dos fatores determinantes que levam os agricultores familiares tradicionais do baixo rio Manacapuru (AM) a se engajarem na atividade extrativista ou de cultivo do açaí-da-mata (*Euterpe precatória*), a espécie nativa do estado do Amazonas. A coleta extrativa dos frutos é feita mediante a escalada das árvores, a decisão de produção parece depender principalmente da oferta de mão de obra masculina jovem, de trabalhadores com a habilidade e força física para realizar essa tarefa. Já a decisão de cultivo pode estar associada à maior disponibilidade de capital financeiro que as

famílias obtêm da renda das atividades agrícolas (Martinot, Pereira e Silva, 2017). Esta realidade da comunidade Manacapuru, também está presente no quilombo de Gurupá, pois para o beneficiamento em escala será necessário entender bem essas condições para definir se a forma de produção e colheita estará garantida pela coleta ou pelo cultivo ou, quem sabe, até mesmo uma combinação das duas modalidades.

Da mesma forma, Coutinho (2017) aborda a exploração do açaí como alternativa para o desenvolvimento econômico da Amazônia legal em um estudo de caso do estado do Pará, a partir do levantamento das potencialidades comerciais do açaizeiro e o mercado de polpa de açaí produzido no Pará de 1990 a 2010. Período em que a produção de açaí despertou grande interesse por conta de seus potenciais e propriedades e se tornou uma importante fonte de renda e emprego na economia local. Tal perspectiva complementa o trabalho de Martinot, Pereira e Silva (2017) e contribui para essa dissertação que aborda o incremento da renda a partir da coleta, comercialização e beneficiamento do açaí para o quilombo de Gurupá. Bem como a possibilidade de avanço organizacional local com a criação de cooperativas.

O extrativismo do açaí é uma atividade típica da agricultura familiar. É demandante de mão-de-obra e exige, sobremaneira nos maciços de igarapés, muita habilidade para o manejo e colheita dos frutos. É fonte principal de renda destes agricultores. Cerca de 80% do açaí é obtido de extrativismo, enquanto apenas 20% provêm de açaizais manejados e cultivados (BRASIL, 2006).

O beneficiamento do açaí na própria comunidade onde se dá a coleta da produção tem sido o desejo dos produtores extrativistas ao longo dos anos, especialmente, nas últimas décadas quando o açaí ganhou *status* de produto de grande aceitação no mercado nacional e até internacional e os produtores dependem dos intermediários “marreteiros” para comercializar seus produtos (Banco do Brasil, 2010).

O mercado é, no geral, dominado por estes intermediários, com alto nível de apropriação do lucro e exploração do produtor. As relações entre os agricultores e os proprietários das terras (de titularidade duvidosa) são assimétricas e têm, no seu centro, a questão agrária permeando as relações de poder, sobremaneira no arquipélago do Marajó. Daí a importância que ganha o beneficiamento do fruto na própria comunidade.

No caso do quilombo de Gurupá esta possibilidade ganhou mais força com a chegada da energia por volta de 2012, bem como pela ligação rodoviária do quilombo até a cidade em viagem de cerca de quarenta minutos e, também, com a regularização do

transporte fluvial diário em lanchas rápidas até o distrito de Icoaraci em Belém com o tempo de no máximo uma hora.

Segundo Homma (2014), o crescimento do mercado de polpa do fruto do açaí tem induzido a implantação de plantas industriais, visando atender aos mercados interno e externo. Esse movimento pode trazer no futuro diversos desdobramentos, como a substituição em médio e longo prazo de bateadeiras de açaí, em que a compra de produtos beneficiados nos supermercados pode atrair e beneficiar os consumidores, o que já ocorre com outros produtos regionais como; tucupi, farinha de mandioca e até maniçoba pré-cozida.

As vantagens do processamento em escala industrial seriam melhorar a higiene e a qualidade do produto, com uso de água adequada e pasteurização, reduzindo riscos de contaminação microbológica ao máximo, que no caso do açaí existe a contaminação pelo “barbeiro” – espécie de besouro que leva a doença de chagas e assusta muitos consumidores. No caso dos produtores de Gurupá, uma outra grande vantagem seria a eliminação do marreteiro que estabelece o preço na comunidade e fica com praticamente metade do lucro que poderia ficar com o produtor.

O maior desafio para se ter uma unidade de beneficiamento do açaí na própria comunidade quilombola de Gurupá é o capital financeiro necessário para a construção da infraestrutura física para o empreendimento e os equipamentos necessários para o processamento do fruto, armazenamento e escoamento para os centros consumidores. Nos últimos anos, tem crescido na comunidade a ideia de criação de uma cooperativa e a busca de financiamento junto a bancos públicos nos diversos programas governamentais existentes.

Mas, sabe-se que a criação de uma cooperativa requer uma cultura e consciência cooperativista que muitas vezes não se consegue em um curto espaço de tempo. Fajardo e Rocha (2021) afirmam que mesmo o Brasil tendo o que se chama de cooperativismo oficial, capitaneado pela OCB – Organização das Cooperativas do Brasil, as comunidades tradicionais não têm encontrado apoio e identidade com este cooperativismo, posto que são mais vocacionados para atividades empresariais. Porém, é notável a difusão do cooperativismo considerado alternativo, sendo originado a partir de movimentos sociais e organizações não governamentais da sociedade civil, resgatando o princípio utópico socialista do cooperativismo através da chamada economia solidária. A seguir aprofunda-se um pouco essa perspectiva.

## 2.1 – Funcionamentos do sistema de cooperativas – Cooperativismo.

A cultura da cooperação é uma filosofia baseada em conceitos e valores humanísticos, como solidariedade, confiança e organização funcional de grupos e tem como propósito substituir o individualismo pela ação coletiva. Levar os conceitos da cultura da cooperação às comunidades – principalmente às mais precarizadas – é criar condições para que elas, cada vez mais, articulem-se umas com as outras, em associações, cooperativas, consórcios e outros tipos de enlaces organizacionais, visando à obtenção de melhores níveis de produtividade e qualidade e, principalmente, a flexibilidade tão necessária para enfrentar as turbulências, as discontinuidades e as incertezas presentes nos novos tempos (SEBRAE, 2021).

Esta doutrina de organização teve suas origens na revolução industrial ocorrida na Inglaterra do século 18, época em que a mão-de-obra perdeu grande poder de troca. Diante desta crise surgiram, entre a classe operária, lideranças que criaram associações de caráter assistencial, no entanto, a experiência não teve resultado positivo (ROLLEMBERG, 1996). Baseados nesse pensamento, 28 operários, em sua maioria tecelões, se reuniram para avaliar suas ideias. Respeitaram seus costumes, tradições e estabeleceram normas e metas para a organização de uma cooperativa. Após um ano de trabalho, acumularam um capital de 28 libras e conseguiram abrir as portas de um pequeno armazém cooperativo, em 21 de dezembro de 1844, no bairro de Rochdale-Manchester (Inglaterra). Nascia a primeira cooperativa moderna do mundo (PALHARES, 1997).

No Brasil, o movimento iniciou-se em 1889, na cidade de Ouro Preto (MG), com a criação da primeira cooperativa de consumo de que se tem registro no Brasil, denominada Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. Em seguida, além de se espalhar por Minas Gerais, alcançou outros estados como Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul. Foi o estopim para o surgimento de cooperativas de diversos ramos no país (PALHARES, 1997).

No Pará, tem-se como primeira experiência cooperativista a organização dos discentes da escola de aprendizes artífices do Pará, através do Decreto Federal 9.070 de 15/11/1911<sup>1</sup>, portanto há mais de 100 anos.

Para Palhares (1997) outro marco histórico do cooperativismo foi a criação da

---

<sup>1</sup> Decreto nº 9.070, de 25 de outubro de 1911. Dá novo regulamento às escolas de aprendizes artífices.

Sociedade Cooperativa da Indústria e Pecuária do Pará – SOCIPE, cooperativa de produção que surgiu em 1931 com o objetivo de regular o mercado de carne de Belém. Coincidentemente, a SOCIPE era formada em sua maioria por fazendeiros do Marajó, grande parte da bacia do Arari, região de secular conflito com quilombolas.

O movimento cooperativista atualmente apoia-se na experiência prática de um dos mais dinâmicos movimentos sociais do Brasil contemporâneo, o MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Ele é uma das expressões da força que, durante os anos 90, os agricultores familiares souberam organizar e pela qual eles puderam impor uma nova agenda para as políticas públicas. Voltadas ao meio rural.

Os aspectos legais e doutrinários do cooperativismo são distintivos de outras sociedades e tem como premissa para sua identidade sete princípios: Adesão voluntária e livre; Gestão democrática; Participação econômica dos membros; Autonomia e independência; Educação, formação e informação; Inter cooperação e Interesse pela comunidade (PALHARES, 1997).

As cooperativas, mesmo sendo diferentes umas das outras, possuem uma estrutura de funcionamento comum que normalmente começa por uma Assembleia geral, sendo essa a máxima instância de deliberação da entidade, convocada por edital específico para sua constituição e que deve ter todo o ocorrido na mesma registrado em ata. Os regimentos dos sócios são estabelecidos em um estatuto social que é o conjunto de normas que regem funções, atos e objetivos de determinada cooperativa. É elaborado com a participação dos associados para atender às necessidades da cooperativa e de seus associados. Os estatutos sociais devem seguir algumas determinações garantidas no código civil brasileiro, entre as quais os direitos e deveres do associado. Ainda são relevantes na constituição de uma cooperativa: conselho de administração ou diretoria; conselho fiscal; comitê educativo, núcleo cooperativo ou conselhos consultivos e o capital social (PALHARES, 1997).

Segundo Celestino (2015), tanto para a produção de açaí quanto para outras atividades, a demanda de criação de uma cooperativa no quilombo de Gurupá é apontada pelas lideranças como algo que possa contribuir com a organização e atendimento das demandas de produção agroflorestral, pecuária e de extrativismo da comunidade, e foi assunto comentado em muitos dos relatos como uma alternativa técnica que auxilie os quilombolas na gestão do território.

A implantação da cooperativa seria para manusear a produção de açaí aqui mesmo. É uma coisa que pode trazer benefício pra própria comunidade, melhorar a condição de vida da

nossa comunidade, das pessoas moradoras da nossa comunidade, ou seja, vender o nosso produto já beneficiado aqui na própria comunidade, é um desafio, mas a gente tá buscando os melhores meios, conhecimento técnico, correndo atrás de parcerias e conscientizando alguns, aliás, toda a comunidade, né, os moradores, pessoas que na verdade aqui eu acho que 90% dos moradores daqui trabalham de forma direta ou indireta com açai. Então é um grande desafio conseguir montar a cooperativa, conseguir um selo de qualidade quilombola, aqui da nossa associação e tentar exportar esse produto daqui pra fora já beneficiado na própria comunidade. Afirma Ney Santiago Dias Moraes, em 14/07/2015.

Uma experiência exitosa que podemos ter como referência para uma proposta de cooperativa do quilombo de Gurupá é a Cooperativa de Trabalho Rio das Ostras (COOPEROSTRA), criada em 1997 com o objetivo de beneficiar os coletores e o meio ambiente. Para isso, os "pescadores" respeitam a época de reprodução das ostras, também chamado de período de defeso. Ela funciona dentro da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) que é a primeira do Brasil e reconhecida em sua primeira fase pela UNESCO em 1991 - é a maior reserva da biosfera em área florestada do planeta, com cerca de 78 milhões de hectares e formada de porções contínuas do território nacional que vão do Ceará ao Rio Grande do Sul, abrangendo áreas de 16 dos 17 estados brasileiros onde ocorre a Mata Atlântica. Tal abrangência permite sua atuação na escala de todo o bioma, trabalhando para sua conservação e pela melhoria da qualidade de vida das populações que vivem em sua área de influência.

A produção dentro da RBMA faz parte do programa "Mercado Mata Atlântica - RBMA" que atua como facilitador e promotor das cadeias de valor da sociobiodiversidade da Mata Atlântica em ações que visam o fortalecimento e consolidação de mercados sustentáveis e do consumo responsável. Com esse enfoque, apoia empreendimentos que trabalham com matérias primas oriundas de extrativismo e/ou de cultivos em sistemas agroecológicos, de processos artesanais, por povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares (PCTAF) ou micro e pequenas empresas, estando o empreendimento inserido dentro da área da RBMA, o programa também prevê diagnósticos participativos e o selo de origem de produtos e produtores extrativistas tradicionais.

Outra experiência importante de cooperativismo ocorre na própria região de campos do Marajó a cerca de 70 km do quilombo de Gurupá. É o caso da Cooperativa de Agricultores e Agricultoras Familiares de Salvaterra (CAFAS), que tem sede própria e unidade de beneficiamento (Figura 5) com cerca de 100 famílias de produtores associadas

e beneficiadas diretamente. A cooperativa tem uma agroindústria com registro da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ), autorizada a processar e comercializar 12 variedades de frutas, como açaí, goiaba, abacaxi, acerola, taperebá, cupuaçu, araçá, bacaba, muruci, graviola, bacuri e maracujá cultivadas por seus próprios associados. Além da produção de mel e óleo de andiroba. Em média são produzidas 5 toneladas por mês de polpa de frutas. A industrialização do alimento resulta como produto final também em compotas e geleias que são comercializadas no próprio município no varejo e atacado e também para programas governamentais como PAA-Programa de Aquisição de Alimentos e PNAE – programa Nacional de Alimentação Escolar e em feiras de negócios, como na 3ª Feira de Negócios do Cooperativismo - FENCOOP em 2023 (Figura 6).



Figura 5. Sede da CAFAS – Salvaterra – Marajó.



Figura 6. CAFAS na 3ª FENCOOP.

O processo de organização da CAFAS começou em 2014, a partir da necessidade dos próprios agricultores em se colocarem diretamente no mercado, sem atravessadores, de forma a beneficiarem sua própria produção, especialmente do abacaxi, que tem em Salvaterra um dos maiores produtores do Pará. Com apoio do órgão de assistência técnica do estado no município (EMATER) e da OCB eles criaram a cooperativa com metas de oferecer produtos 100% naturais, sem conservantes e com a missão de gerar trabalho e renda com sustentabilidade para produtores familiares com selo de inspeção estadual para ter livre comercialização no Pará. Os associados da CAFAS, também antes de se organizarem eram extrativistas de diversos recursos naturais e agricultores familiares, principalmente do abacaxi. Vivenciavam a realidade dos atravessadores e marreteiros que nem sempre cumpriam o acordado na compra da produção e se valiam dos produtos serem perecíveis. A cooperativa os libertou deste flagelo.

No caso de Gurupá entende-se que é possível replicar a experiência da COOPEROSTRA e principalmente da CAFAS, pois além da tradição quilombola de ter uma relação socioambiental de respeito ao ecossistema natural, a região do Marajó é uma Área de Proteção Ambiental (APA), reconhecida pela constituição estadual de 1989 e na qual os órgãos intervenientes precisam implementar planos de manejos sustentáveis tanto com os produtores de açaí como os extrativistas que extraem o fruto dos açazais nativos, bem como os colhedores de açazais plantados, tanto em área de várzea quanto em terra firme e que comercializam com os atravessadores ou fornecem direto aos batedores de máquinas que vendem direto aos consumidores ou á fábricas de exportações.

A partir do exposto anteriormente, nessa dissertação, investiga-se a organização da produção e dos produtores de açaí da comunidade quilombola de Gurupá. Aborda-se a questão do beneficiamento e organização coletiva na produção do Açaí pelas famílias residentes nesse quilombo, que é importante para a melhoria das suas condições de vida.

Desse modo, o cooperativismo é uma possibilidade que precisa ser considerada na comunidade quilombola do Gurupá, tendo em vista o incremento da sua renda e qualidade de vida mediante a organização coletiva da produção.

### **Capítulo 3 – Metodologias:**

O local escolhido para a pesquisa, foi o quilombo de Gurupá do município de Cachoeira do Arari, pertencente a Ilha do Marajó. Com o intuito de melhor compreendermos a relação do autor com a comunidade, relato aqui um pouco da trajetória realizada. Tudo começou por volta de 1985, quando era aluno da Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante – EFOMM, que funciona dentro do Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar – CIABA/Belém e estando de férias programei-me de ir para Cachoeira do Arari, onde meus pais residiam. Meu pai Jason Nono Leão era cartorário do cartório de 2º ofício “Leão Junior”, que herdou de meu avô Firmino José de Leão Junior. Ao chegar em casa, meu pai estava conversando com um fazendeiro de nome Liberato Magno de Castro que me convidou para um passeio até a fazenda Boa Vista no Rio Gurupá, onde fariam um serviço de demarcação dos limites da “propriedade” e pediu que fosse fardado ou ao menos de quepe (Chapéu), para mostrar à comunidade um jovem cachoeirense vencedor que estava na marinha brasileira. De pronto foi descartado, pois, o

uniforme era apenas para deslocamentos entre a escola e a residência. À época, o autor não se atentou ao que estava acontecendo, foi apenas para passear de férias. Lembra que ao chegar ao final do dia, percebeu uma discussão entre o fazendeiro e os moradores da comunidade e seu pai informando ao fazendeiro com o livro de registro em mãos, dizendo que nada poderia ser feito. O autor voltou a ter contatos com a comunidade apenas em 1992, no processo de campanha eleitoral, posto que era candidato a prefeito do município pelo Partido dos Trabalhadores - PT e na comunidade tinha um candidato a vereador chamado Manoel Natividade Batista dos Santos e realizaram reuniões, visitas e demais atos de campanha. Foi quando foi compreender o ocorrido de 1985, pois era mais um episódio da luta e resistência da comunidade de Gurupá pelo seu direito a terra e aos recursos naturais advindos da mesma e que o fazendeiro queria ampliar o limite da suposta propriedade e o uniforme da marinha do Brasil era para intimidar os comunitários. A partir daí, o autor nunca mais perdeu o vínculo com a comunidade e acompanhou todo o processo de luta pela regularização do território como remanescente de quilombo que foi ganhando força a partir de 1996, quando o governo do estado do Pará começa a discussão de reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos e que culminará com o programa raízes, instituído pelo Decreto n.º 4.054, de 11 de maio de 2000, período em que se organiza a criação da ARQUIG no quilombo de Gurupá e a luta de forma mais objetiva se consolida.

A pesquisa classifica-se como de natureza descritiva e quantitativa, na qual optou-se por realizar entrevista individuais a partir de um questionário elaborado na ferramenta *google forms* disponível em *forms.google.com.br* e *drive.google.com*. Foi realizada entrevista estruturada utilizando questionário do tipo múltipla escolha e, também, entrevista não estruturada com respostas livres, planejadas a partir do objetivo do estudo, naquilo que Manzini (1990/1991) destaca que a entrevista deve estar focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais (estruturada), complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista (não estruturada). Foram levantados dados sobre a condição socioeconômica, de produção do açaí, a relação dos comunitários entrevistados com os conflitos dentro do território, suas expectativas sobre o extrativismo, beneficiamento, financiamentos e o cooperativismo da produção do açaí, gerando assim dados específicos e atualizados, conforme formulário de coleta de dados em anexo 1.

Tais questionários foram aplicados presencialmente para leitura do entrevistado, retirada de dúvidas e para que não deixasse perguntas sem resposta. Ressalta-se que à medida que os questionários foram respondidos, a plataforma *google* já iniciava a tabulação e organização dos dados.

Realizou-se a pesquisa de campo, nos meses de janeiro a março de 2023, com quatro inserções na comunidade com a duração em média de dois dias em cada viagem, mesmo sabendo que encontraríamos algumas dificuldades de deslocamento até a localidade quilombola escolhida devido o inverno amazônico. Destaca-se que esse período inclui a entre safra do açaí na região, o que possibilitou termos contatos com atores que atuaram e atuam mais diretamente nas áreas de extrativismo, bem como coletarmos dados bastante atualizados da última safra.

A amostra compreende um total de 20 famílias, considerando que segundo o censo 2021, o território possui 240 famílias. Estas foram definidas de comum acordo com a atual diretoria da ARQUIG – Associação Remanescente Quilombola de Gurupá, adotando o critério de distribuição das famílias e população ao longo de todo o território quilombola, compreendendo assim os setores: Aracaju, Campinho, Baixo Rio Gurupá, Cabeceira do Rio Gurupá, Igarapé da Roça, Tapera e Tororomba conforme a distribuição populacional ilustrada no quadro nº 01 abaixo e de acordo com a cartografia social elaborada pela própria comunidade junto ao projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

<b>Quadro de entrevistados conforme nº de famílias por setor</b>			
<b>Setor</b>	<b>Nº de famílias</b>	<b>% do total*</b>	<b>Nº de entrevistados</b>
Aracaju	60	25	05
Campinho	52	22	04
Baixo Gurupá	40	17	03
cabeceira	38	15	03
Igarapé da Roça	25	10	02
Tapera	20	8	02
Tororomba	05	2	01**
<b>Total</b>	<b>240</b>	<b>100%</b>	<b>20</b>

Quadro nº 01 – elaboração do autor. 2023.

Obs: \* % acima de 0,5%, arredondado para mais. \*\* Decidimos entrevistar 01 pessoa do setor Tororomba, mesmo que em percentual não chegasse atingir este número.

A pesquisa também buscou um arcabouço teórico sobre as comunidades quilombolas em geral do ponto de vista histórico, pesquisas já realizadas sobre a comunidade objeto deste estudo e seus meios de trabalhos, renda a partir do beneficiamento do açaí, além de dados estatísticos oficiais encontradas a partir das fontes *google* acadêmico, biblioteca do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-NAEA, scielo, biblioteca da Empresa Brasileira de Pesquisa Agronômica-EMBRAPA.

#### **Capítulo 4 – Resultados e Discussão.**

Neste capítulo, inicialmente, apresenta-se os conflitos historicamente presentes no território do Quilombo de Gurupá, partindo-se do entendimento de que esse contexto é fundamental para análise do extrativismo do açaí por essa comunidade quilombola. Em seguida, apresenta-se os resultados da pesquisa de campo relativos ao perfil socioeconômico, organização produtiva e interesse ou aptidão para cooperativismo dos comunitários produtores de açaí no quilombo Gurupá.

##### **4.1. Remanescentes quilombolas de Gurupá e os conflitos territoriais.**

Na região do Marajó como um todo e em especial na chamada bacia do Rio Arari os conflitos territoriais com quilombolas não são recentes. Sua origem está no surgimento dos velhos agentes donos de grandes propriedades. As literaturas locais apontam que estes surgiram a partir da concessão de grandes terras aos “donatários de sesmarias” entre 1721 e 1740, autorizada pela monarquia portuguesa, que determinaram as primeiras ações de controles da terra, e que só na região do Arari chegaram a cerca de cinquenta (MARIN, 2004). Tal contingente se caracterizou pela formação dos pastos naturais, pela criação de gado e búfalos e a formação de grupos oligárquicos interessados no controle do poder econômico e político local.

As fazendas e engenhos do século XVIII e XIX continuaram a utilizar-se largamente do trabalho de escravos e indígenas. Nas fazendas de gados e búfalos era utilizada como força de trabalho tanto escravos quanto homens livres, estes últimos indígenas e mestiços. A resistência à escravidão mediante fugas deu origem à formação dos quilombos e mocambos nas várias regiões do arquipélago (GPTDA, 2012). Assim, surgiu o quilombo de Gurupá, cujo significado é “*gorou o par*”, qual seja um casal de escravos fugitivos de fazendas próximas que teve azar de ser capturado no interior do

braço do Rio Arari. Com a abolição oficial da escravatura no país, em 1888, o casal voltou ao seu território de fuga com outros libertos e surgiu o quilombo de Gurupá e que tem a mesma denominação do Rio Gurupá.

Baseado em documentos históricos, mostra-se que no decorrer do século XVIII foram muitas as situações e movimentos de fugas da população escravizada, composta tanto por negros quanto por indígenas. Ressalta-se que por volta de 1823, a população de negros, indígenas e mestiços na ilha correspondia a mais de 80% da população local (GPTDA, 2012). A economia do quilombo de Gurupá, assim como em grande parte da ilha marajoara dependia da exploração de vários produtos naturais, principalmente da coleta da borracha, da castanha do Pará, do timbó, da madeira e da pesca. A agricultura era desenvolvida como atividade exclusiva para o consumo da população local. A dependência em relação às atividades extrativistas determinou o padrão de localização da população da ilha, de tal forma que a maioria da população se distribuiu por pequenos povoados, localizados geralmente nas confluências dos rios e igarapés, no caso em estudo na confluência dos Rios Arari – Principal e Rio Gurupá – Afluente da margem esquerda próxima à Foz (Figura 7).

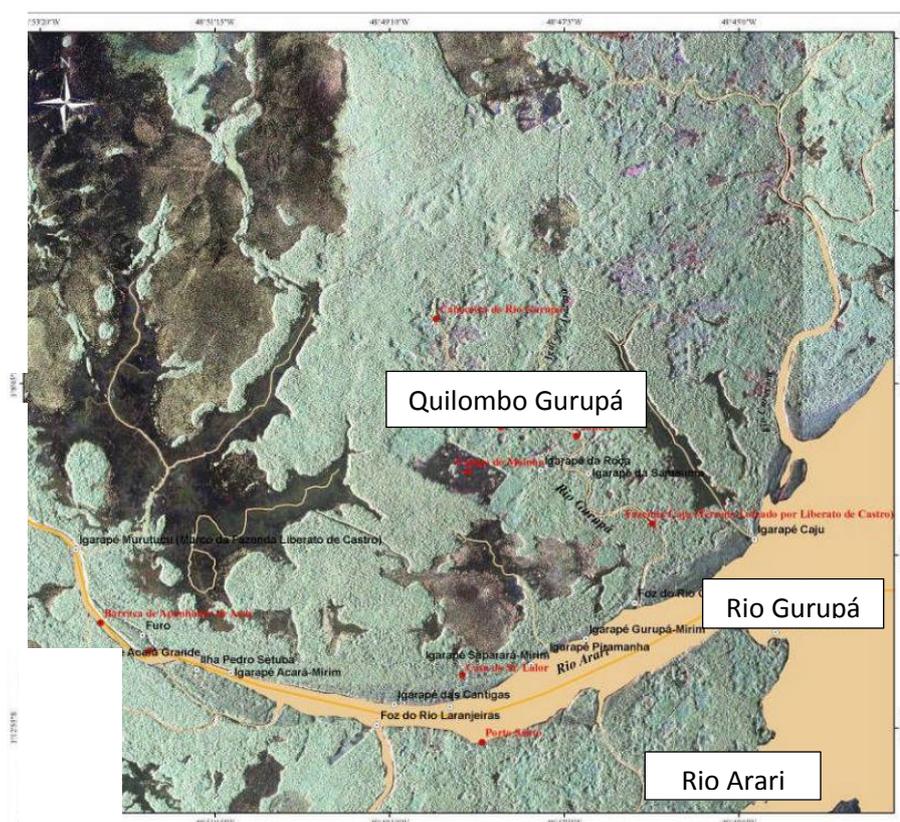


Figura 7: Rios Arari e Gurupá. Fonte: SIPAM/IBGE (2004)

No período entre 1830 e 1912 foram estabelecidas relações sociais e econômicas de produção e comercialização nessa região através do sistema de aviamento (troca de produção com bens de consumos imediatos) e que de certa forma se mantém até hoje, com muitas das vezes o produtor ficando endividado com os donos de armazéns, comércios de aviamento, fazendeiros e marreteiros, o que também se caracteriza como fonte de conflitos. (GPTDA, 2012).

Em Cachoeira do Arari, a Fazenda Arari, que havia pertencido aos jesuítas é fundada pela Sra. Leopoldina Lobato, por volta de 1919, nas proximidades do Rio Arari, sendo uma das pioneiras na introdução dos rebanhos de gado no Marajó e cujo território demarcado, manteve várias gerações de herdeiros em conflitos com o quilombo de Gurupá, em uma propriedade próxima ao quilombo (GPTDA, 2012). Tais conflitos sempre se deram pelo não reconhecimento do território quilombola e principalmente pela proibição de acesso dos quilombolas ao extrativismo de madeira, pesca e, mais recentemente, do açaí. Os supostos proprietários estabeleciam autorizações para o extrativismo e condicionavam o acesso ao pagamento da ordem de 50% (cinquenta por cento) da produção extraída.

Além desses, sempre houve conflitos com os criadores de búfalos e a população quilombola devido à invasão destes animais nas áreas de cultivos, causando impactos na vegetação e plantações de mandioca, abacaxi e outros além dos recursos pesqueiros de várzeas e lagos, pois os búfalos pisoteiam estas áreas tornando-as impróprias para o desenvolvimento das espécies pesqueiras. Outro agravante da criação destes trata-se dos problemas causados à saúde das comunidades, por conta dos dejetos que contaminam poços (tipo boca aberta), lençóis freáticos, igarapés e lagos. Pesquisas provaram que a água estava tornando-se imprópria para o consumo humano devido às atividades bubalinas (GPTDA, 2012).

Mais recentemente, com a chegada dos rizicultores para a região (2009), vindos de Raposa Serra do Sol, em Roraima, após a demarcação das áreas indígenas naquele estado, surge no quilombo de Gurupá mais um conflito, haja vista a contradição de formas de se relacionar com os recursos naturais. Se por um lado, as comunidades quilombolas têm modos de vida tradicionais (Figura 8), retirando dos recursos naturais, principalmente rios e florestas, aquilo que precisam para sua sobrevivência demonstrando anseios que perpassam pela manutenção e reprodução de suas formações socioculturais em busca dos

direitos pela terra, por outro lado, os novos rizicultores (Figura 9) e os antigos fazendeiros têm seus interesses no território e na exploração dos recursos naturais como forma de expansão do lucro.



Figura 8. Modo de vida quilombola.



Figura 9. Rizicultores.

A Fazenda Reunida Espírito Santo (Arroz Acostumado), no município de Cachoeira do Arari, recebeu Licença de Atividade Rural (LAR) da Secretaria de Meio Ambiente do Pará (SEMA/PA) –, autorizando explorar dois mil hectares de rizicultura. A secretaria do governo concedeu outorga para captação de 9.600 metros cúbicos de água, por dia, do rio Arari, para a irrigação da plantação. Essa é uma das razões que fomentam as reivindicações das comunidades quilombolas, que fazem uso do mesmo rio e alegam prejuízos na qualidade da água e da pesca (MPF, 2013).

Outro assunto potencializador desse conflito foi a construção do porto do Caracará (Figura 10) pelos proprietários da Fazenda Reunida Espírito Santo no ano de 2011, com apoio da prefeitura local, em descumprimento de exigências legais, principalmente ambientais, posto que não houve EIA/RIMA do empreendimento, localizado na parte interna dos limites do território de Gurupá, que permite o escoamento da produção de arroz pelo rio Caracará. Este empreendimento favorece o transporte rizicultor, mas na opinião dos quilombolas, implica em perda de parte do território ancestral, dos pontos de convivência e de relações com o rio, bem como, no risco de novas ocupações externas, causando outras perdas gradativas e maiores (GPTDA, 2012).

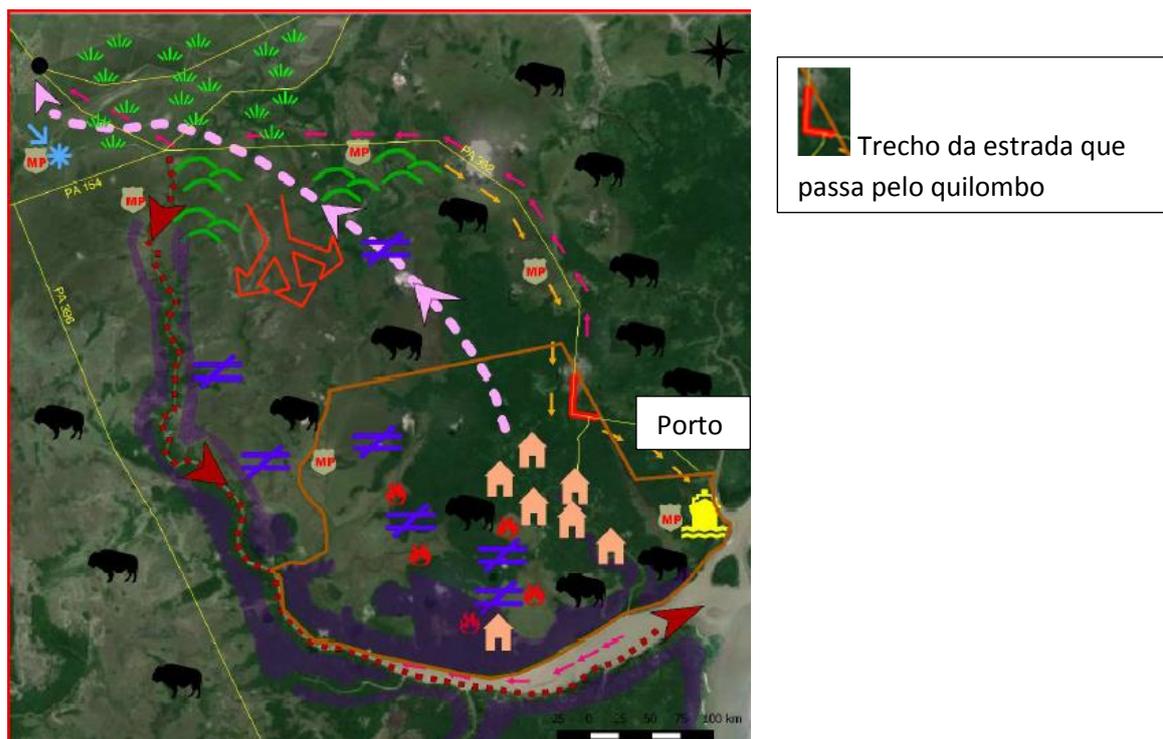


Figura 10: Mapa do Território do Quilombo Gurupá e seus conflitos.  
Fonte: Cabral – 2017. Trabalho de campo 2014-2017.

Como se pode constatar, a comunidade quilombola de Gurupá possui um histórico de enfrentamento de conflitos territoriais desde o período colonial, denunciando o risco de perda do território ancestral, lutando pela regularização e título da terra, e buscando alianças para resistir às mudanças territoriais promovidas pela rizicultura e pelos antigos fazendeiros, que podem comprometer aspectos ambientais e sociais relevantes no uso cotidiano tradicional (CABRAL, 2017). Entre parceiros desta aliança no enfrentamento dos conflitos em Gurupá, destaca-se dois agentes não governamentais, a saber: a Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará (MALUNGU) e a Associação de Remanescentes de Quilombo do Rio Gurupá (ARQUIG); e, de certa forma, dois agentes governamentais: o MPF- Ministério Público Federal e o MPE – Ministério Público Estadual.

A MALUNGU é uma organização quilombola que atua a nível estadual apoiando as comunidades quilombolas na defesa dos interesses territoriais e disputas no campo jurídico. Surgiu na década de 1980 e foi oficialmente fundada em 2004, gerida por lideranças das associações quilombolas. Criada em 2002 como associação comunitária e regularizada em 2003, a ARQUIG é uma organização quilombola que atua a nível

municipal apoiando a comunidade de Gurupá, no município de Cachoeira do Arari. É a representante direta dos interesses da comunidade, defendendo o ponto de vista quilombola nas negociações e nos conflitos com os agentes públicos e privados. Surgiu em meio aos históricos conflitos territoriais entre os quilombos e os antigos fazendeiros. Tem por estratégia promover a articulação com outros parceiros, fortalecer as reivindicações e direitos junto aos diferentes órgãos públicos municipais, estaduais e federais, organizar reuniões entre os moradores de Gurupá para tomar decisões importantes que beneficiem a comunidade e fiscalizar atividades externas recentes e suas consequências para a comunidade.

Muitos dos membros fundadores e dirigentes da ARQUIG participaram do processo de empoderamento e formação de consciência política dentro da comunidade que teve a contribuição da igreja católica, com a chegada de missionários ainda na década de 70, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's).

Segundo Frei Betto, as CEBS são:

Pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. Surgiram por volta de 1960, sendo as primeiras em Nisia Floresta, arquidiocese de Natal/RN e em Volta Redonda/RJ. De natureza religiosa e caráter pastoral, elas podem ter de 10 – 50 membros. São comunidades reunidas em uma mesma fé, vivendo em comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São eclesiais porque congregam na igreja. São de base, porque são integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares): donas de casa, operários, subempregados, aposentados, jovens, agricultores, pescadores, ribeirinhos, quilombolas e indígenas. Baseados no método de Ver- Julgar-Agir as CEB's deram voz aos que não tinham voz.

Muitas das lideranças atuais vivenciaram os conflitos ocorridos no país nas décadas de 70 e 80 e acompanharam ativamente a busca de direitos pela terra. O cenário político de redemocratização do país e os avanços jurídicos impulsionados pelos movimentos sociais na década de 80, que levaram ao estabelecimento de leis que garantiam direitos territoriais às comunidades tradicionais, se interligaram localmente com as organizações sociais de trabalhadores rurais e pescadores o que levou no final da década de 90 às lutas em torno do auto reconhecimento da comunidade como remanescentes quilombolas, culminando na criação da ARQUIG (MARIN. 2008).

A partir de 2006, a ARQUIG planejou estratégias de ação no sentido de conseguir a titulação coletiva da terra, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

(INCRA) e do Ministério Público Federal (MPF), com a convicção de que os direitos étnicos e territoriais garantidos na Constituição Federal de 1988 (Artigo 68) e no Decreto 4.887 de 2003<sup>2</sup>, assim como o estabelecido na Convenção 169 da OIT (em especial artigos 2º, 14º e 16º) lhes devem ser reconhecidos pelo Estado brasileiro e suas instituições.

No dia 11/02/2008 foi publicada a decisão do juiz federal em favor da comunidade para o uso coletivo da terra por meio do extrativismo, quando a comunidade teve seu Relatório Histórico Antropológico (RHA) concluído e entregue ao INCRA. O RHA é o documento que indica o processo histórico e a organização social dos moradores da área, além dos usos produtivos e culturais que fazem dela, conforme evidenciado pelo MPF (2013):

Tramita no INCRA o procedimento administrativo 54100.002233/2005-62 relativo à regularização fundiária da referida área, com sua titulação em nome referida comunidade quilombola, o qual não foi concluído até o momento, podendo-se comprovar, pela simples numeração, que se trata de pleito anterior à instalação do porto. Observe-se que, conforme mencionado pelo próprio INCRA (folhas 533 / 538), já houve publicação da planta de RTID da comunidade de Gurupá, o que se constitui em passo importante no processo de regularização fundiária.

Nos últimos anos, além da prioritária e histórica reivindicação do título definitivo do território quilombola, que foi juridicamente atendida em 2014 (processo - nº 32727-30.2013.4.01.3900) a ARQUIG tem se posicionado: Contrária ao uso do Porto do Caracará, construído e localizado dentro do território quilombola para escoamento da produção de arroz; Contestando o volume e captação das águas do rio Arari que irrigam as plantações e interferem nas reproduções de peixes e camarões e assoreiam cursos d'água; Reivindicando o fim do uso de agrotóxico nas fazendas e denunciando a poluição dos mesmos rios usados pelas comunidades; Contrária por não serem ouvidos por órgãos públicos sobre impactos do arroz; Contrária a insegurança na conservação dos recursos naturais das atuais e futuras gerações; Contrária à apreensão de equipamentos de trabalho e proibição do uso de antigo “atalhos” nas áreas que estão no caminho da coleta de açaí, pesca e outras atividades extrativistas; Pela busca de alternativas comunitárias para melhoria da produção do território.

A partir da publicação da decisão do Juiz federal, processo nº 32727-30.2013.4.01.3900 em 30.04.2014, em favor da comunidade quilombola, estes passaram a ter acesso ao extrativismo do açaí sem que tivessem que dividir a produção com os que se diziam proprietários. Entretanto, a comunidade continua comercializando a maior parte de

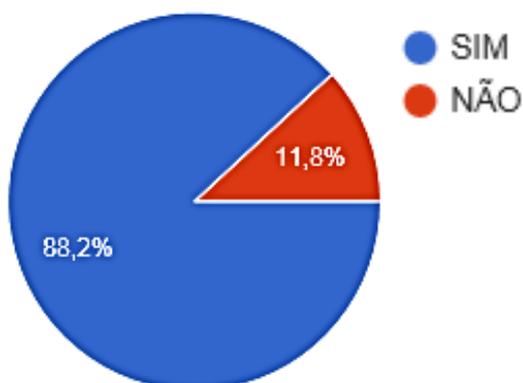
sua produção de açaí de forma primária para atravessadores vindos de fora da região, ou seja, em grãos dos frutos para serem beneficiados principalmente em Belém, Igarapé Miri e outros municípios que possuem fabricas beneficiadoras, com baixa agregação de valor.

## 4.2. Produtores de açaí do Quilombo de Gurupá e o Cooperativismo

### 4.2.1. – Aspectos socioeconômicos.

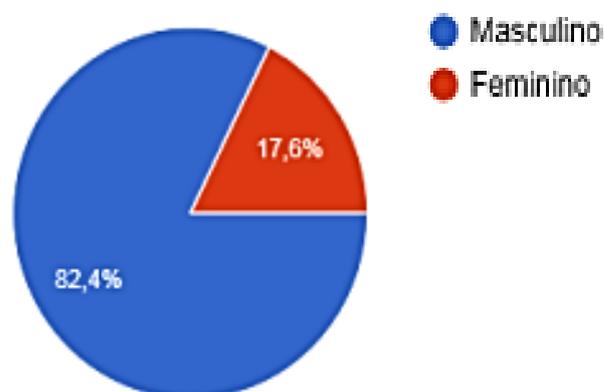
O perfil dos participantes se mostrou da seguinte forma: de um total de 20 entrevistados que representa 2,5% da população que vive no quilombo 88,2% são de filhos e filhas de extrativistas, sendo que apenas 11,8% são de famílias que desenvolvem outras atividades, conforme ilustra o gráfico 1 a seguir. Em sua grande maioria, conforme o gráfico 2 são formados por homens – 82,4% e na faixa etária de 36 a 55 anos – 52,9% seguidos de 23,5% tanto da faixa de 56 – 65 anos, como os que estão acima de 65 anos, segundo o Gráfico 3. Estes aspectos dos gráficos 2 e 3, embora sejam distorções comparadas com a demografia total da população, mas justifica-se diante do critério adotado de comum acordo entre o pesquisador e a ARQUIG, enquanto entidade representante do Quilombo. Assim, buscou-se entrevistar em cada setor da comunidade – Gráfico 4 - pessoas que representassem as famílias que participaram ao longo das últimas décadas do processo histórico de luta pela conquista do território, da organização e participação na construção da ARQUIG e, também, que tenham vivenciado processos produtivos de extrativismo e beneficiamento do açaí.

Gráfico 1- Entrevistados extrativistas



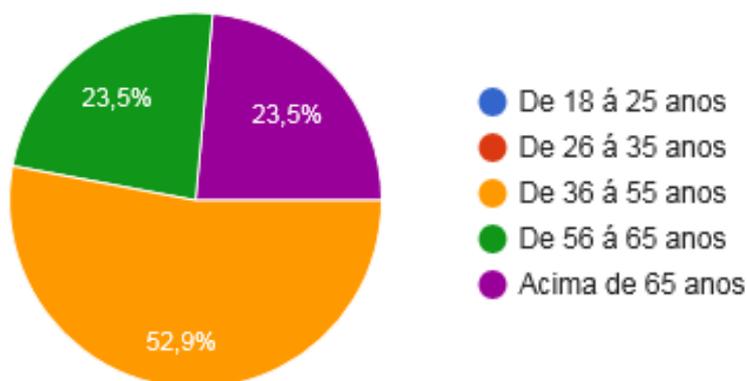
Fonte: Coleta de campo – 2023

Gráfico 2 – Sexo dos entrevistados



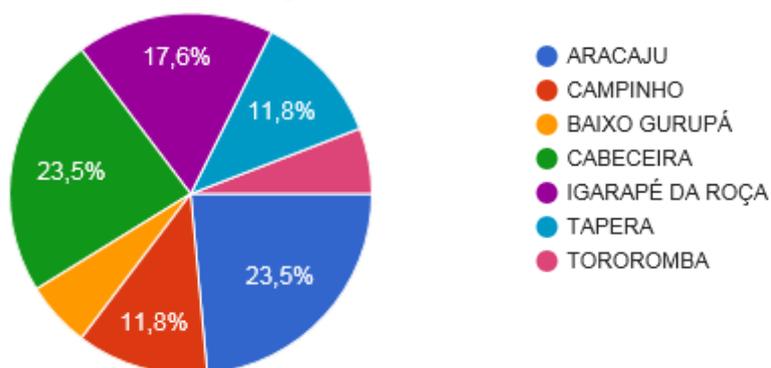
Fonte: Coleta de campo – 2023

Gráfico 3 – Faixa etária dos entrevistados



Fonte: Coleta de campo – 2023

Gráfico 4 – Setor em que moram os entrevistados no Quilombo.



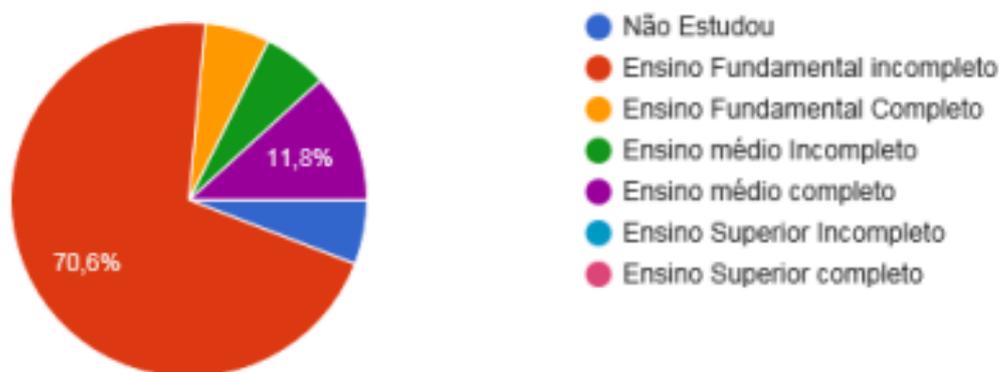
Fonte: Coleta de campo – 2023

Observação importante se faz diante da escolaridade dos entrevistados (Gráfico 5), posto que mais de 70% não concluíram o ensino fundamental e apenas 12% possuem o ensino médio completo. Considerando que todos os entrevistados possuem acima de 25 anos (Gráfico 3), conclui-se que há uma grande distorção na escolaridade do Quilombo, comparada ao PNAD nacional de 2019 (IBGE) em que mais da metade (51,2%) dos brasileiros acima de 25 anos já concluíram o nível médio e no Quilombo apenas 11,8% dos entrevistados estão na condição de concluintes do nível médio.

Entretanto, durante as entrevistas deparamos com vários jovens familiares dos entrevistados que já cursaram ou estão cursando o nível superior, resultado da política de cotas adotadas com o advento da Lei nº 12.711/2012 garantindo que 50% do total de vagas nas universidades e institutos federais fossem reservadas para alunos que vieram de escolas públicas. Nesse recorte de 50%, as vagas são também oferecidas para pretos, pardos e indígenas e no Quilombo do Gurupá dezenas de jovens passaram a ter acesso ao curso superior, como diz um jovem acompanhando uma entrevistada: “Se não fosse a política de

cotas, dificilmente alguém da comunidade conseguiria chegar a universidade, pois assim que era antigamente aqui, o máximo que chegávamos era no nível médio. Agora é diferente”. (Universitário do Quilombo Gurupá). Isso tem mudado a realidade no Quilombo em todos os aspectos. Seja na realização individual e familiar, seja na melhor conscientização para busca e direitos e até mesmo na conquista de políticas públicas, pois agora há disponibilidade de professores, agentes comunitários de saúde, enfermeiros e outros profissionais que se formaram e que trabalham na própria comunidade.

Gráfico 5 – Escolaridade dos entrevistados.



Fonte: Coleta de campo – 2023

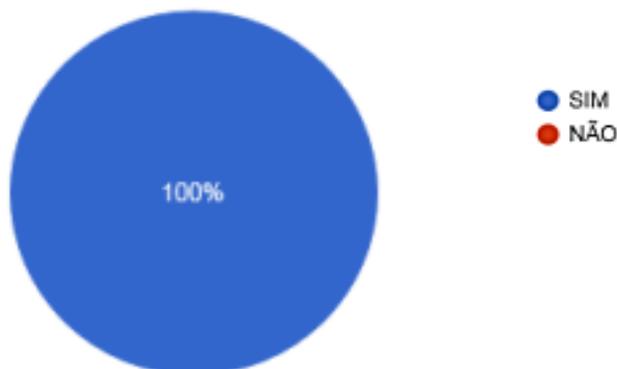
#### 4.2.2 – Aspectos territoriais e da organização produtiva

Por tratar-se de um Quilombo, não se poderia esperar resultado diferente quanto as questões de propriedade das áreas do território (Gráfico 6) e a interferência dos conflitos (Gráfico 7, 8, 9 e 10) na mesma. Primeiramente, destaca-se a questão da identidade quilombola, quando 100% se consideram proprietários de seu chão para morar e produzir na área comunal, mas, ao mesmo tempo, próximo a 90% reconhecem que suas áreas são de conflitos, seja com os antigos “fazendeiros supostos proprietários” por conta da dominialidade do território, ou por disputas em torno dos recursos naturais com rizicultores e comunidades vizinhas, que possuem percepção diferente dos quilombolas com relação à natureza, tanto no aspecto ecológico e de preservação do meio ambiente, quanto do ponto de vista da exploração econômica. Esta relação de conflito levou os quilombolas a terem baixo retorno financeiro com 94% dos entrevistados externando nas entrevistas tal situação (Gráfico 9) ao longo dos anos de dominação dos fazendeiros, principalmente por conta da

divisão do lucro da venda principalmente do extrativismo tanto do açaí, quanto da pesca e da agricultura (Gráficos 10), onde evidencia-se que as famílias em sua maioria desenvolvem todas essas atividades. Isso fica claro em depoimentos de entrevistados que afirmam: “Nós já penamos muito na mão desses fazendeiros que se diziam donos da nossa terra. Eles colocavam “capangas” na área pra nos obrigar a dar grande parte do que a gente tirava do açail” (Extrativista do Quilombo Gurupá).

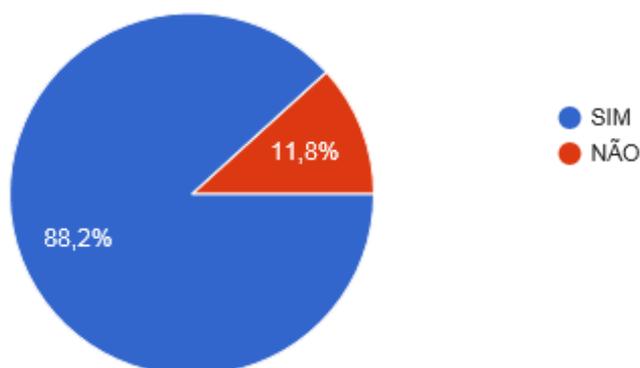
Segundo Juliana Santilli (2005), a relação homem – natureza existente ancestralmente nos quilombos onde o uso comum dos meios de produção e solidariedade no agir coletivo serve de amálgama de onde surge o remanescente de quilombo. Estes modos de criar, fazer e viver dos remanescentes das comunidades quilombolas, pelo menos em grande parte dela – principalmente aquelas que se encontram na zona rural – estão intimamente ligadas ao cultivo de roças, ao plantio e à colheita para subsistência e não para acúmulo de riquezas.

Gráfico 6 – Entrevistados consideram-se proprietários das áreas



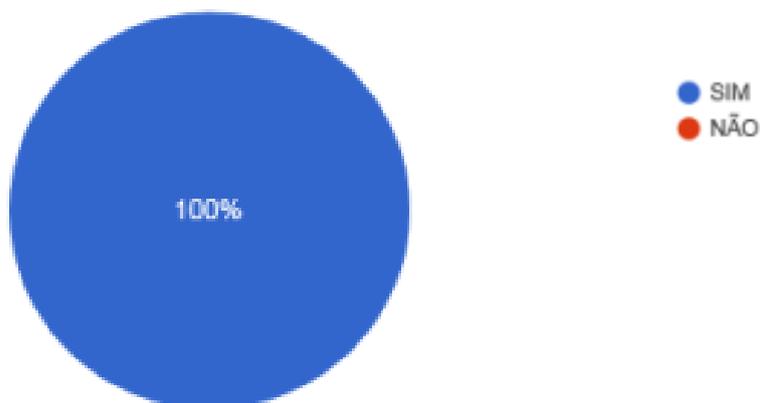
Fonte: Coleta de campo – 2023

Gráfico 7 – Conflitos com fazendeiros na área dos entrevistados



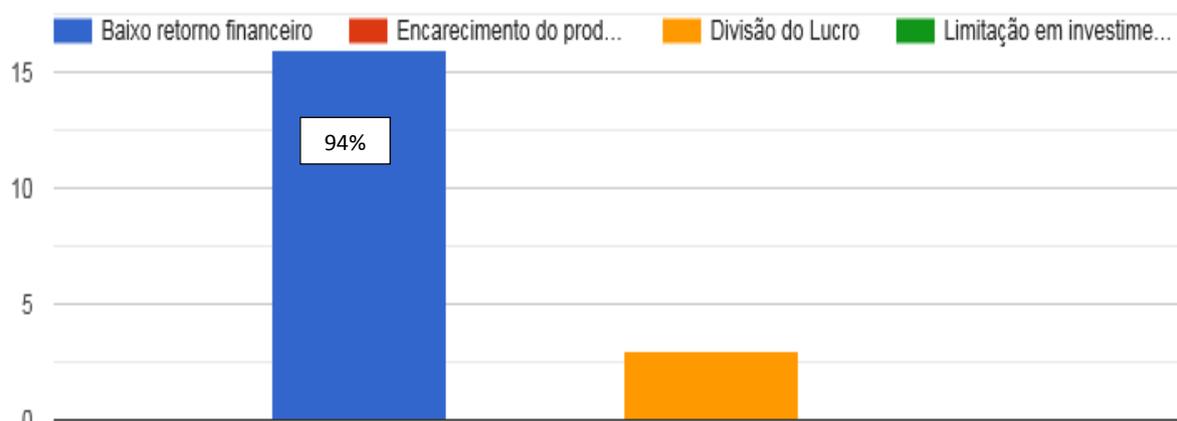
Fonte: Coleta de campo – 2023

Gráfico 8 – Influência dos conflitos com fazendeiros nas atividades dos entrevistados.



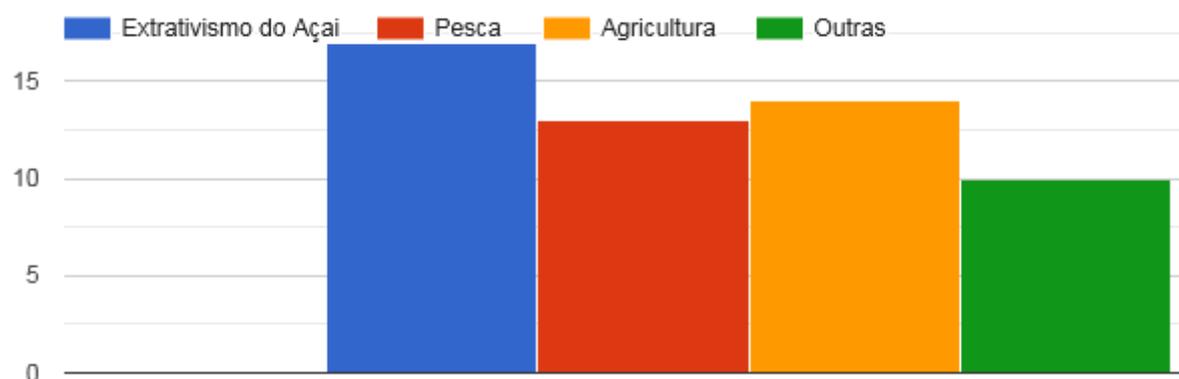
Fonte: Coleta de campo – 2023

Gráfico 9 – Tipos de influências dos conflitos nas atividades econômicas dos entrevistados.



Fonte: Coleta de campo – 2023

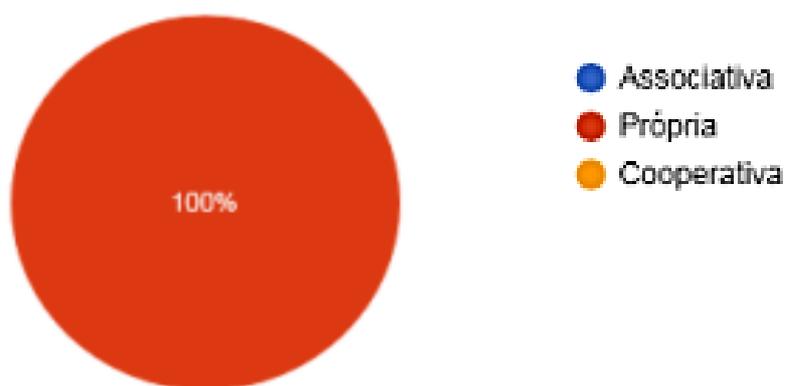
Gráfico 10 – Atividades econômicas dos entrevistados.



Fonte: Coleta de campo – 2023

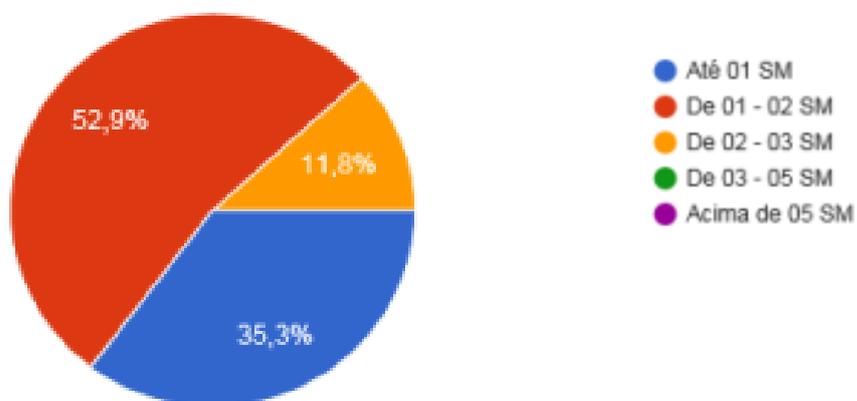
No que diz respeito à forma organizativa e condição econômica das famílias, temos que 100% trabalham por conta própria. Mesmo realizando mutirões comunitários, não há produção associativa ou cooperativa (Gráfico 11). Também nenhum dos entrevistados possui renda familiar acima de três salários mínimos, sendo que mais de 53% vivem com até um salário mínimo (Gráfico 12). Considerando a média de 6,6 pessoas por domicílio em Cachoeira do Arari (IBGE – 2021), teremos uma renda mensal *per capita* de 200,00 reais (R\$ 6,6/dia), ou seja, abaixo de R\$ 7,5 por dia, que segundo a ONU (2019) é o valor de referência para alguém ser considerado pobre. Esta renda se deve basicamente ao extrativismo do açaí (76,5%), (Gráfico 13) o que mensura a importância desta atividade para a comunidade, para ela inserir-se em situação econômica acima da média municipal.

Gráfico 11 – Forma de produção dos entrevistados no extrativismo do açaí.



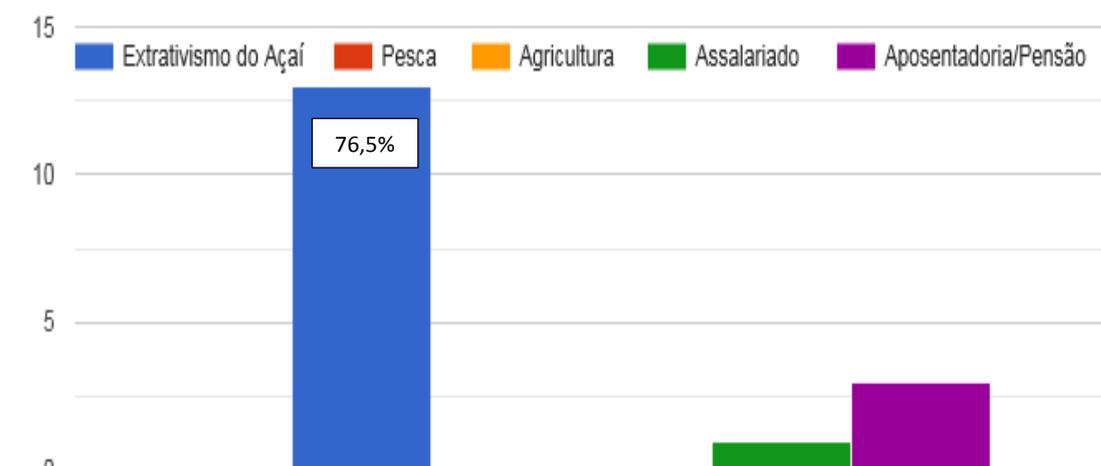
Fonte: Coleta de campo – 2023

Gráfico 12 – Renda familiar mensal média dos entrevistados



Fonte: Coleta de campo – 2023

Gráfico 13 – Principais fontes de renda dos entrevistados.

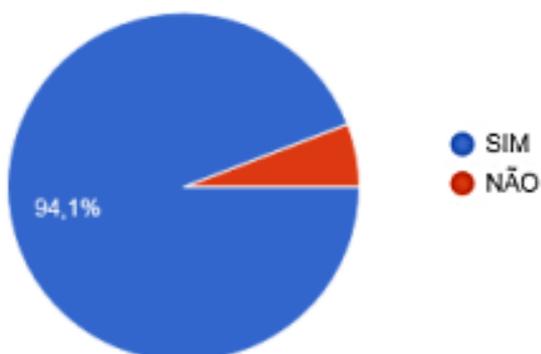


Fonte: Coleta de campo – 2023

#### 4.2.3 – Interesse, expectativa e aptidão em relação ao cooperativismo

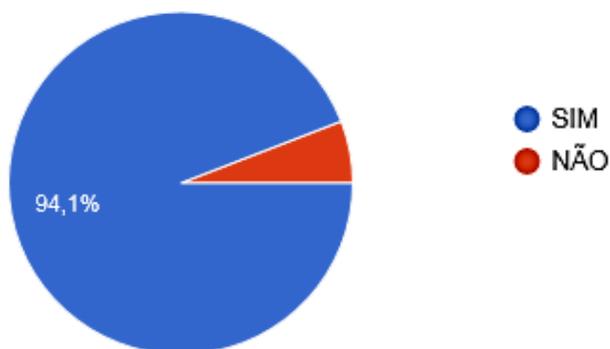
Dentre as percepções apontadas para melhoria das condições de vida do quilombo está a possibilidade de organização de cooperativas, onde a grande maioria dos entrevistados (94,1%) demonstra saber o que é o cooperativismo e tem interesse em participar de uma cooperativa (Gráficos 14 e 15), bem como, possui novas ideias para novos negócios. Adicionalmente, nas entrevistas pode-se verificar que a principal finalidade de tal cooperativa seria buscar financiamentos para melhorar o extrativismo e implantar o beneficiamento do açaí (Gráfico 16 e 17).

Gráfico 14 — Conhecimento sobre o significado de cooperativismo



Fonte: Coleta de campo – 2023

Gráfico 15 – Interesse dos entrevistados em participar de cooperativa.

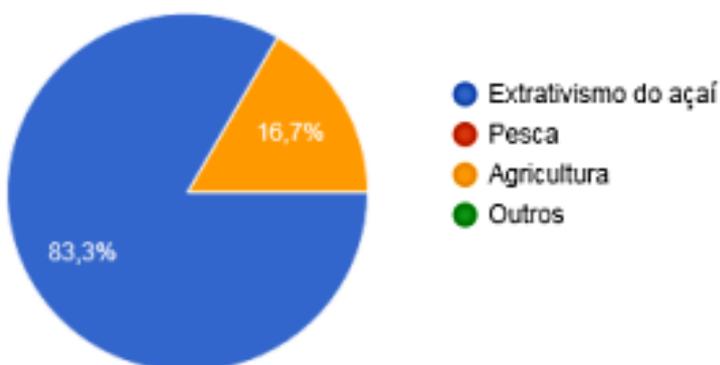


Fonte: Coleta de campo – 2023

Segundo um dos entrevistados, está sendo construída uma fábrica em outra comunidade do município que, praticamente, não produz açaí e, controversamente, onde está a maior produção não há investimento público e nem privado previsto:

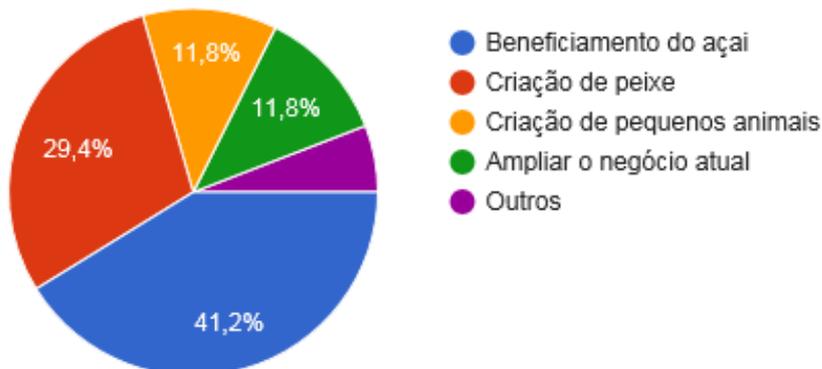
“No Retiro Grande (Comunidade do município distante 40km do Quilombo) que o forte é a pecuária já estão fazendo fábrica de açaí e nós do Gurupá que temos a matéria prima, estamos ficando pra trás. Tá na hora de ter aqui ao menos uma cooperativa pra fazermos nossas polpas e ganharmos mais dinheiro. Sei que não é fácil e nem do dia pra noite, mas temos que dá o pontapé inicial. É o que acho”. (Extrativista do quilombo de Gurupá)

Gráfico 16 – objetivo do financiamento dos entrevistados.



Fonte: Coleta de campo – 2023

Gráfico 17 – Novos negócios para serem desenvolvidos.



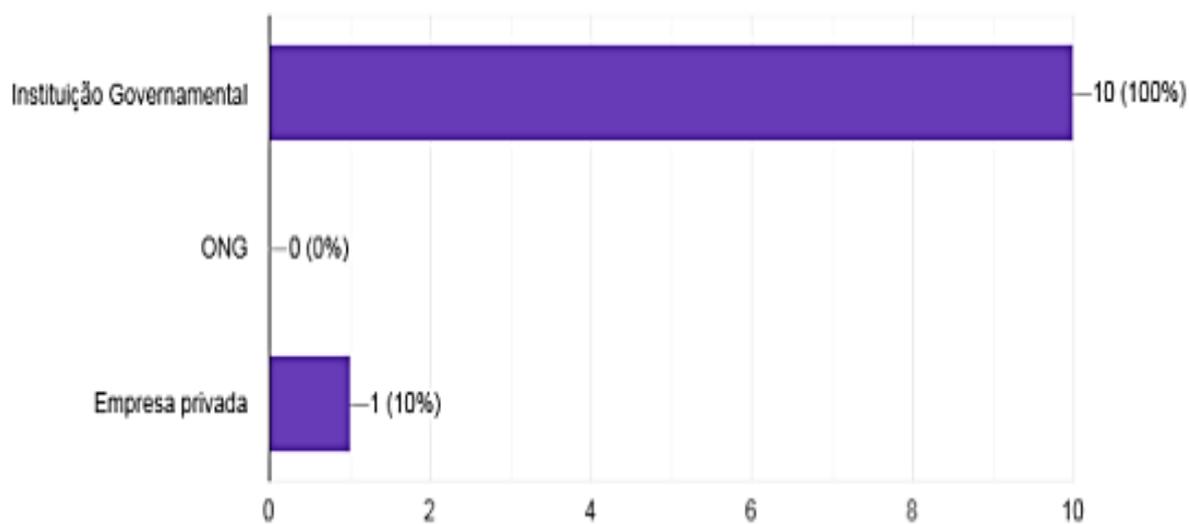
Fonte: Coleta de campo – 2023

A questão dos financiamentos chama atenção pelo interesse de que sejam públicos (Gráfico 18) e pela necessidade para o desenvolvimento das atividades (Gráficos 19, 20 e 21), mas observam-se preocupações dos entrevistados com relação a vários aspectos, principalmente (Gráfico 22): Assistência técnica (24%), taxas de Juros (18%) e prazos para pagamentos (12%) e também valores financiados, carência, elaboração dos projetos, inadimplência de outras pessoas que prejudicam a comunidade, documentações pessoais e DAP – Declaração de Aptidão do Produtor emitida pelo órgão de assistência técnica, todas com 6% das citações.

Importante destacarmos que a assistência técnica e extensão rural no Brasil, sempre foi um grande gargalo para o desenvolvimento agrícola, especialmente para a agricultura familiar, mesmo com o avanço tecnológico, criação de empresas públicas para esta assistência, abertura de novas universidades, mas ainda assim não há acompanhamento suficiente por parte destes órgãos de assistência seja para elaborar projetos, seja para capacitar os agricultores familiares ou para acompanhar o processo produtivo. Ao final, sempre fica o prejuízo para o produtor.

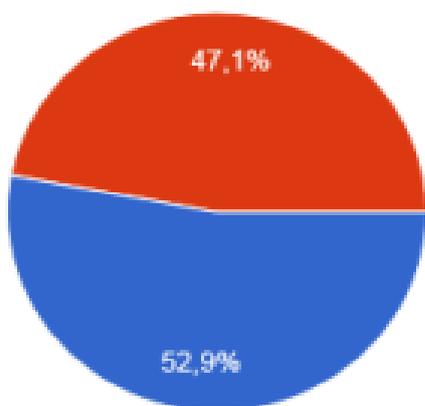
Quando essa questão envolve financiamento de bancos, aí a situação agrava: “Se é difícil a gente pegar o empréstimo, mais difícil ainda é pagar, quando a gente não tem acompanhamento de algum técnico ou engenheiro agrônomo da EMATER”. Diz um entrevistado Extrativista do Quilombo Gurupá.

Gráfico 18 – Tipo de instituições de financiamento procuradas pelos entrevistados



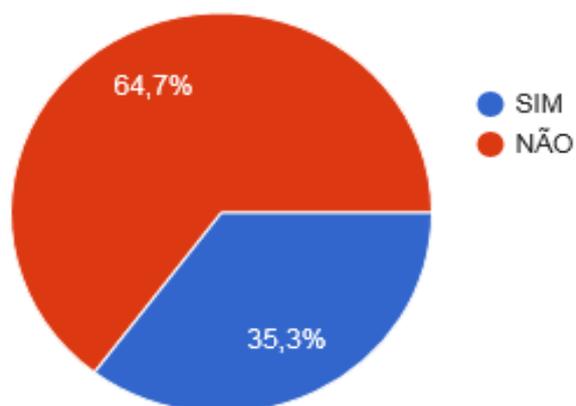
Fonte: Coleta de campo – 2023

Gráfico 19 – Procura por financiamento dos entrevistados.



Fonte: Coleta de campo – 2023

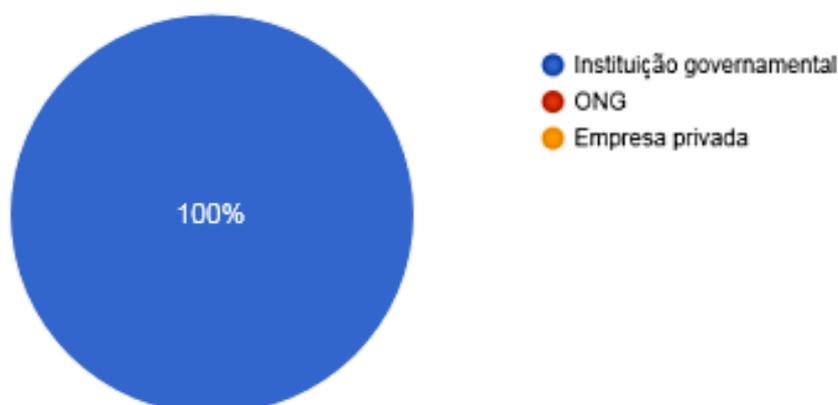
Gráfico 20 – Situação de já ter sido financiado pelos entrevistados.



Fonte: Coleta de campo – 2023

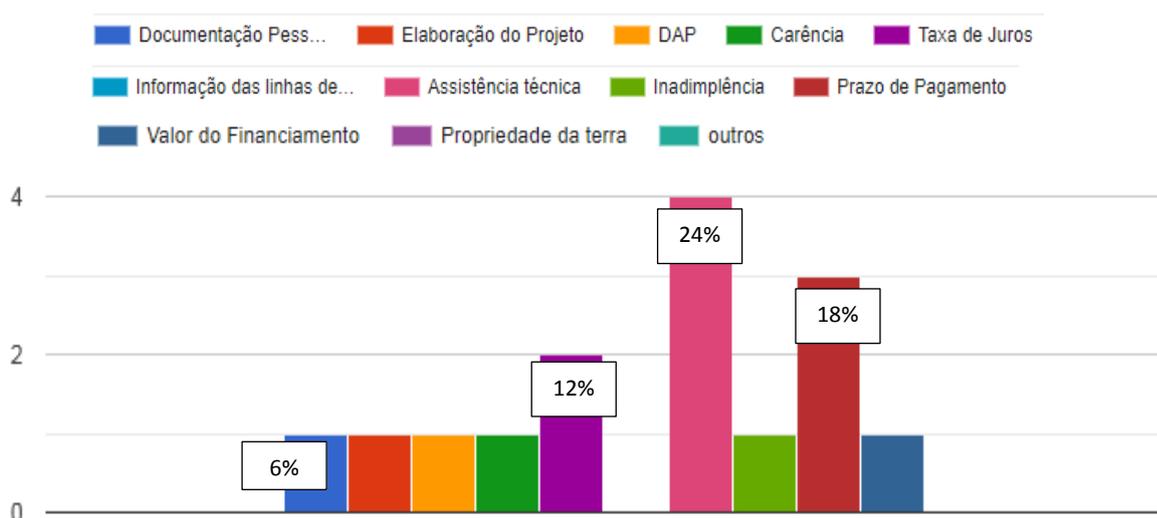
Um dos entrevistados destaca que os bancos não têm maior interesse em função de a comunidade ter baixo poder aquisitivo, não ter pessoas habilitadas a elaborar projetos e devido a inadimplência de pessoas que receberam financiamentos no passado. “Aqui a gente vive sofrendo para arranjar empréstimos nos bancos, não só pela dificuldade normal que todos tem, mas também por conta de alguns da comunidade que pegaram dinheiro e não pagaram. Aí por um pagam todos”. (Extrativista do Quilombo Gurupá).

Gráfico 21 – Origem do financiamento dos entrevistados.



Fonte: Coleta de campo – 2023

Gráfico 22 – Dificuldades dos entrevistados com o financiamento.

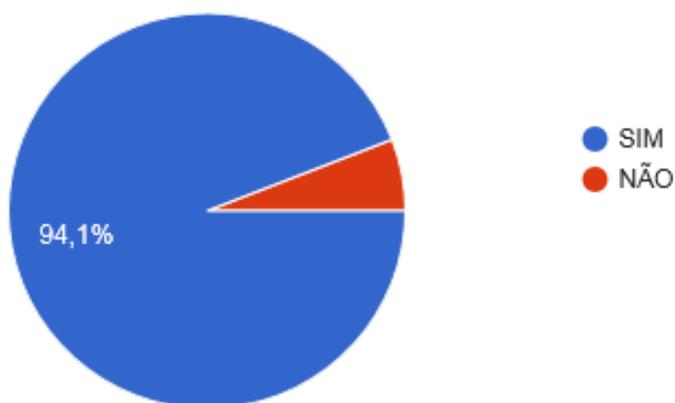


Fonte: Coleta de campo – 2023

Um aspecto que chama atenção positivamente quanto ao potencial empreendedor da comunidade é a auto avaliação dos entrevistados quanto à capacidade administrativa.

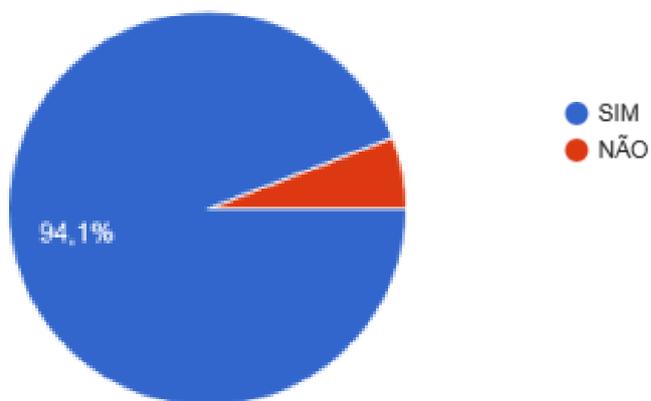
Aproximadamente 95% se auto avaliam como bons administradores do dinheiro e que possuem liderança para conduzir seus negócios (Gráficos 23 e 24). A totalidade se considera como detentor de iniciativa própria e com responsabilidades para negócios (Gráficos 25 e 26). Um destes entrevistados afirma: “Desde pequeno que tomo conta do meu próprio negócio, eu que sempre decidi o que fazer e até hoje, graças a Deus nunca deu errado. Por isso, digo que devo ser bom administrador das minhas coisas”.

Gráfico 23 – Auto avaliação dos entrevistados sobre bom administrador de dinheiro



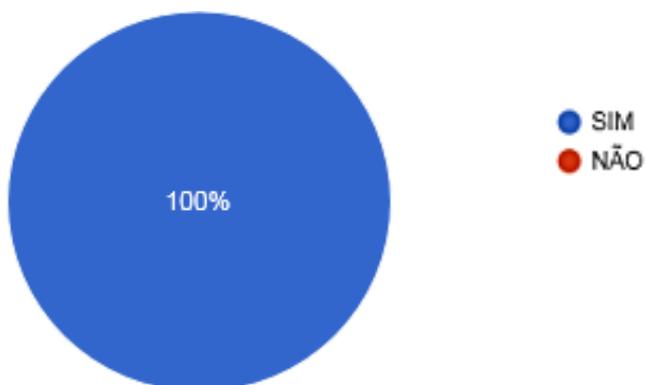
Fonte: Coleta de campo – 2023

Gráfico 24 – Auto avaliação dos entrevistados sobre ter capacidade de liderança



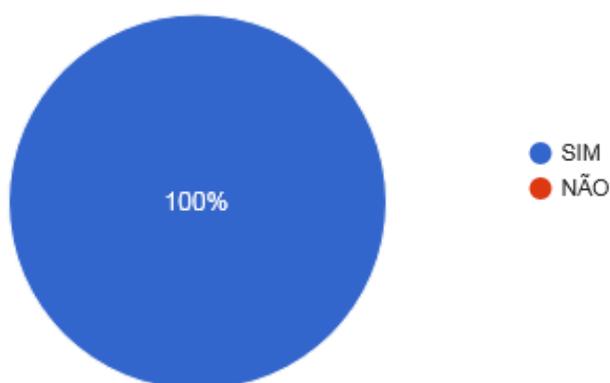
Fonte: Coleta de campo – 2023

Gráfico 25 – Auto Avaliação dos entrevistados sobre ter iniciativa própria



Fonte: Coleta de campo – 2023

Gráfico 26 – Auto Avaliação sobre responsabilidade para assumir negócios.



Fonte: Coleta de campo – 2023

Apesar deste perfil para administrar e conduzir negócios, a comunidade em sua maioria de quase 65% ainda não obteve oportunidade de financiamentos (Gráfico 20), o que evidencia possibilidades para novos negócios (Gráfico 27) em áreas já apontadas anteriormente (Gráfico 17), seja naquela de interesse prioritário dos entrevistados que é o beneficiamento do açaí (41,2%) ou nas atividades complementares como: Pesca (29,4%), ampliar negócios atuais (11,8%) e criação de pequenos animais (11,8%).

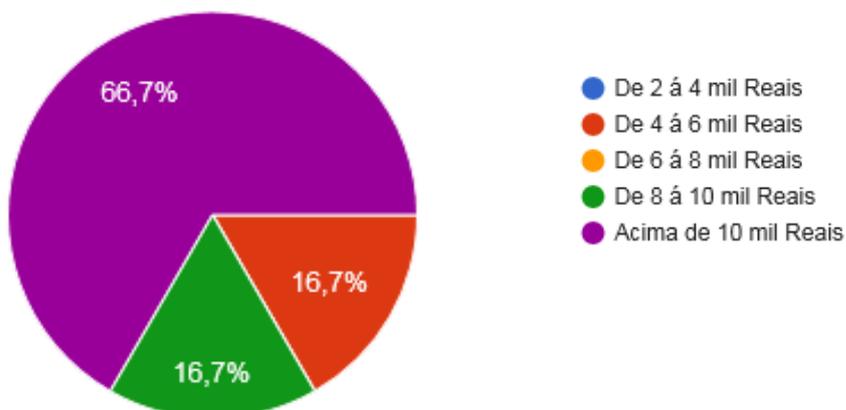
Gráfico 27 – Novas ideias para financiamentos dos entrevistados



Fonte: Coleta de campo – 2023

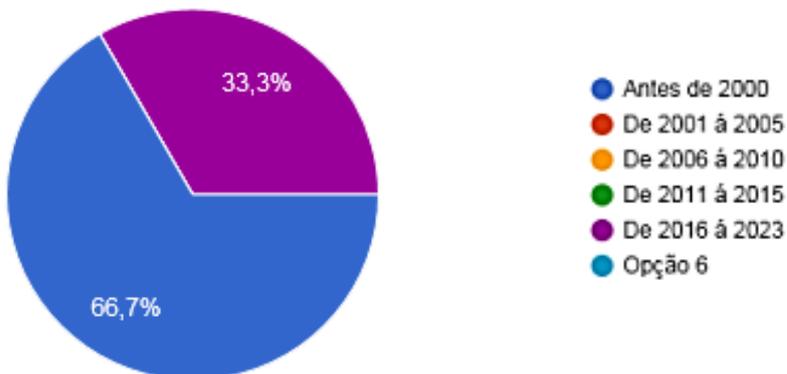
A pesquisa também abordou a situação dos que já foram financiados (35%), para que possa servir de parâmetros para eventuais novos empreendimentos. Como vimos anteriormente (Gráfico 21), quase 70% dos valores emprestados foram de instituições públicas, acima de dez mil reais, a valores de hoje (Gráficos 28), sendo que estes foram anteriores ao ano de 2000 (Gráfico 29), o que demonstra que a comunidade praticamente não obteve empréstimos nas décadas deste século, quando vivenciamos um período de maior abertura para crédito na agricultura familiar através de programas governamentais no período de 2003 - 2016. Sobre este aspecto, é importante destacar que os empréstimos conquistados nos anos anteriores ao ano 2.000, se deu pelas lutas do STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e ASTRUCA – Associação de Trabalhadores Rurais de Cachoeira do Arari (não existia ARQUIG), que sempre tiveram a frente de suas lutas, lideranças do Quilombo de Gurupá, no processo de conquista do crédito do FNO – Fundo Constitucional do Norte para os pequenos agricultores. Estes recursos foram na sua totalidade utilizados para atividades agrícolas, sendo que 16,3% foram para a agricultura familiar de cultivo propriamente dito e 83,3% para o extrativismo do açaí e quase 60% continuam ativos até os dias atuais (Gráficos 16, 30 e 31).

Gráfico 28 – Valores financiados aos entrevistados



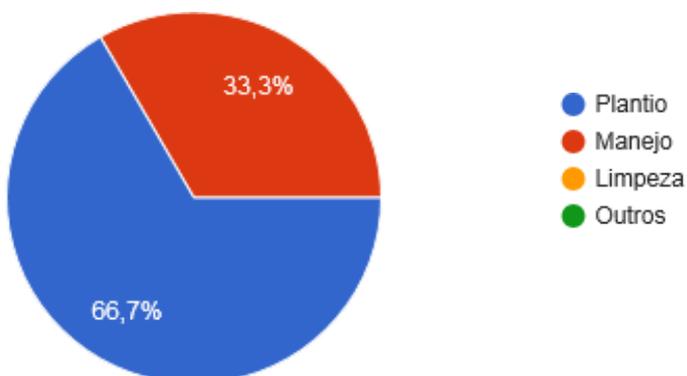
Fonte: Coleta de campo – 2023

Gráfico 29 – Período do financiamento dos entrevistados.



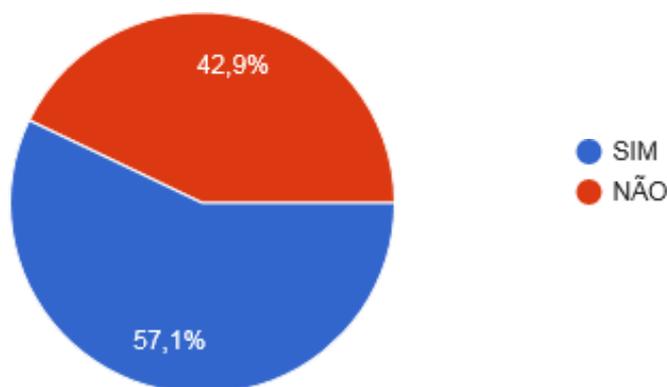
Fonte: Coleta de campo – 2023

Gráfico 30 – Projeto executado com o financiamento pelos entrevistados.



Fonte: Coleta de campo – 2023

Gráfico 31 – Status do projeto dos entrevistados nos dias atuais.

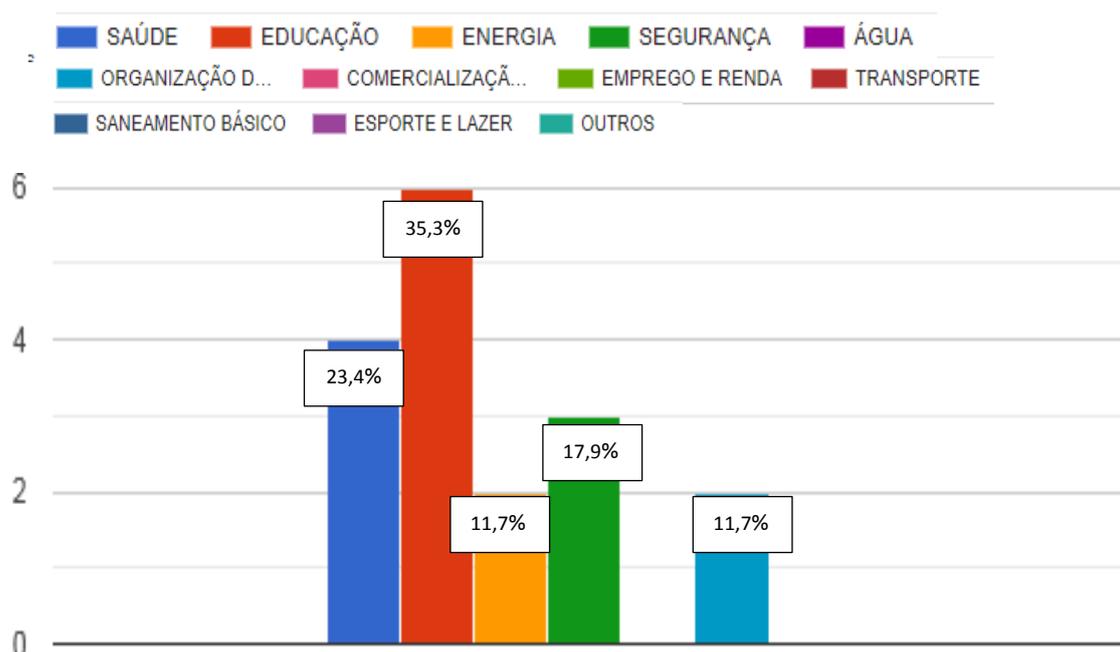


Fonte: Coleta de campo – 2023

#### 4.2.4. Desafios enfrentados pelos comunitários produtores de açaí.

As potencialidades econômicas existentes e que poderão transformar-se em melhorias das condições de vidas futuras para o quilombo estão permeadas por desafios com relação à propriedade da terra, melhor organização da produção, financiamento para as atividades de interesse dos produtores e, também, questões gerais da comunidade apontadas no Gráfico 32 como os principais problemas para os moradores de Gurupá, tais como: Educação 35,3%; Saúde 23,4%; Segurança 17,9% além de energia e organização da comunidade apontados por 11,7% dos entrevistados.

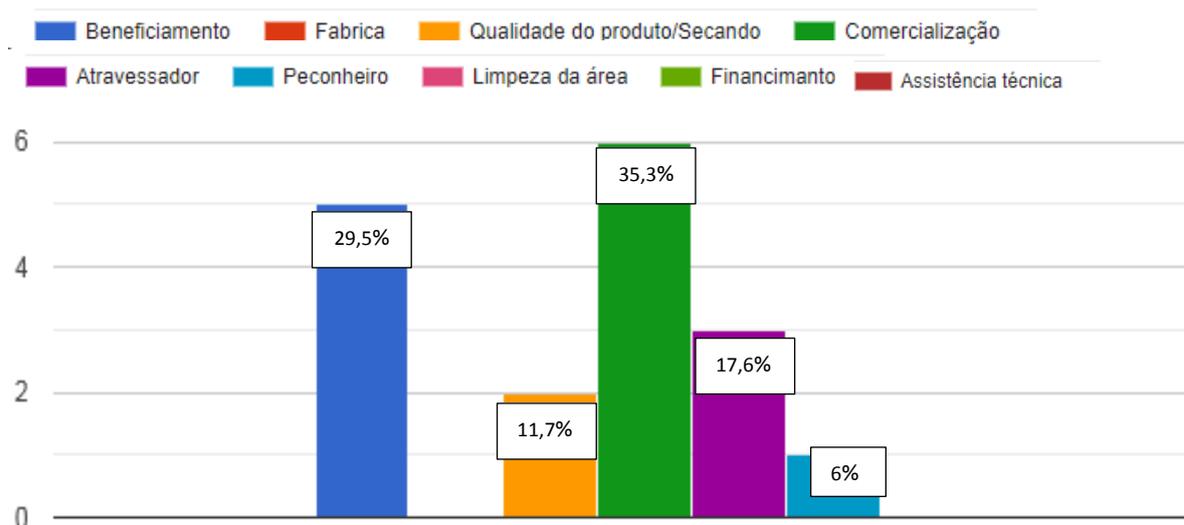
Gráfico 32 – Principais problemas para os entrevistados que moram no Gurupá.



Fonte: Coleta de campo – 2023

Estes aspectos gerais se somam aos principais problemas citados pelos entrevistados, especificamente enquanto produtores de açaí, que são a comercialização (35,3%) e a necessidade do beneficiamento da produção (29,5%) e que nortearão o futuro do quilombo do Gurupá (Gráfico 33).

Gráfico 33 – Principais problemas dos entrevistados produtores de açaí.



Fonte: Coleta de campo – 2023

Este futuro, conforme a pesquisa mostrou dependerá de uma questão fundamental que é o processo de regularização fundiária do território que está baseado no art. 68 da constituição federal, suas regulamentações via Decreto nº 4.887/2003 e Instrução Normativa nº 57/2009. Neste aspecto, já foram vencidas diversas etapas administrativas e jurídicas como: Auto de reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo, desde a criação da ARQUIG em 05.01.2002; Laudo antropológico reconhecido pelo INCRA em 14.12.2008; Certidão da Fundação Palmares publicada em 21.06.2010; Relatório técnico de Identificação e Delimitação (RTID) de 23.11.2012; Desapropriação através de decreto em 04.04.2016 com incorporação ao patrimônio da união da área de 10.026,1608 hectares e registrado no livro L-A, folhas 178, matrícula 818 de 08.01.2018 no cartório de imóveis local com cadastro ambiental rural iniciado em 06.11.2018, aguardando a desinversão do território do patrimônio da união e a concessão definitiva para a comunidade.

Entretanto, paralelamente a este processo fundiário, é necessário a melhoria do processo organizativo sob articulação da entidade local (ARQUIG) e estabelecimento de outras parcerias, tanto governamentais quanto da sociedade civil organizada. O cooperativismo é uma possibilidade para o enfrentamento dos problemas ligados à produção, apontados como entraves pelos entrevistados, no que diz respeito a manejo, limpezas de áreas, aumento das áreas para plantar, assistência técnica, custo dos apanhadores (peconheiros), transporte próprio da produção, armazenamento e comercialização.

Conforme Coutinho (2017), embora o açaí seja apontado como o principal produto extrativista do estado do Pará e, hoje, a mais conhecida fruta típica da região norte, pela sua fama internacional e o que representa economicamente, o que se constata quanto a sua comercialização é a existência de um mercado informal que domina o setor, desde as pequenas cidades até os maiores centros. A organização coletiva do processo produtivo em todas as etapas, desde a plantação e manejo até a colheita transporte e armazenamento, é uma possibilidade de enfrentamento destes desafios condicionados, em grande parte, pelo próprio contexto regional amazônico, que é almejada pela comunidade quilombola de Gurupá, o que a presente pesquisa corroborou

Diante das análises apresentadas aqui, constata-se que existe interesse, propensão e percepção de viabilidade dos entrevistados para o cooperativismo, com especial interesse no beneficiamento e comercialização do açaí. Dessa forma, seria possível introduzir na economia do quilombo o valor agregado deste produto, com vistas à promoção da sustentabilidade econômica das famílias moradoras de Gurupá e melhoria de sua qualidade de vida.

## **Capítulo 5 – Considerações Finais.**

O açaí enquanto fruta típica da região amazônica retirada da palmeira tropical, possui uma grande importância econômica, social e cultural, é um alimento básico da população local que possui grande potencial de mercado, estando entre as dez frutas mais consumidas no Brasil. Representa um grande potencial em procura e aceitação por parte da população da região norte, em especial da população paraense, observando que o açaí é

uma das principais atividades econômicas do Estado do Pará, pois, concentra 95% da produção nacional para exportação do produto. Interessante ressaltar que a tradição em consumir o açaí é uma herança cultural originária de costumes indígenas e que foi sendo absorvida pelos que chegaram posteriormente nas terras brasileiras, em especial os afrodescendentes que no processo histórico se mantem nas comunidades remanescentes de Quilombos.

O Quilombo de Gurupá em Cachoeira do Arari, na ilha do Marajó/Pará é um desses espaços em que o extrativismo do açaí é a principal atividade econômica para a sustentabilidade das famílias residentes no território. Mesmo sendo desafiada por conflitos históricos desses remanescentes com supostos “proprietários fazendeiros” e os novos conflitos com rizicultores e comunidades vizinhas, o extrativismo do açaí é a grande fonte de sustento, especialmente no período de safra de junho – dezembro de cada ano.

O grande desafio do quilombo de Gurupá está na urgência de desintrusão do território da dominialidade da união, passando para uso coletivo dos remanescentes e com isso ser estabelecido um plano comunitário de uso sustentável da área que defina os espaços de produção para agricultura, criações de animais e extrativismos de pesca, madeira e principalmente o açaí.

O açaí que hoje é quase 100% explorado no quilombo através apenas do extrativismo e comercializado *in natura*, com poucas famílias de batedeiras para vendas locais. O fruto possui potencial para ser beneficiado na própria comunidade sendo este um desejo dos produtores que se concretizado agregará valores em até seis vezes mais do que o comercializado atualmente. Entretanto, para que isso venha a ocorrer, além da necessidade de confirmação do domínio do território, como visto no parágrafo anterior, há um percurso a ser percorrido com a organização da produção, construção de espaço físico para uma unidade de beneficiamento, aquisição de máquinas e equipamentos para despolpa, embalagem e armazenamento e viabilização de logística de transporte para o escoamento aos centros consumidores no próprio município e nos centros de comercialização como Belém, Igarapé Miri e até mesmo São Paulo e mercados internacionais. Desafios que como discutido no item 4.2.4, não são particularidade de Gurupá, sendo condicionados pelo contexto territorial/geopolítico da região amazônica.

O desafio do escoamento, embora tenha no transporte fluvial sua maior viabilidade e utilização atual, irá requerer um estudo à parte, pois a comunidade de Gurupá está ligada aos potenciais consumidores por vários modais. Com a capital Belém/Distrito de Icoaraci através de transporte fluvial com duração de viagens que variam de uma a três horas de duração, dependendo do tipo de embarcação. Com as sedes dos municípios de Cachoeira do Arari, Salvaterra e Soure e diversas outras comunidades ao longo do trajeto utilizando transporte rodoviário através da rodovia PA-154. Portanto, a logística de escoamento se mostra bastante viável para comercialização, sendo que o aprofundamento do estudo irá detalhar melhor qual modal utilizar.

Uma estratégia que poderá viabilizar esta organização da produção visando o beneficiamento do açaí como possibilidade de geração de renda no quilombo é a constituição de cooperativas para buscar financiamentos, para as possibilidades de elaboração de projetos diversos como: novas áreas de plantio e manejo, assistência técnica e construção de unidades de beneficiamento.

Em relação à geração de renda através do beneficiamento do açaí, destaca-se que além dos desejos das famílias em dar esse passo para a verticalização local deste produto, a pesquisa evidenciou que todas as famílias demonstraram possuírem capacidade de administrar novos negócios, têm novas ideias para desenvolverem no futuro e interesses em consorciarem atividades de extrativismo do açaí com sua industrialização, criação de peixes e pequenos animais, além da agricultura de uma maneira geral.

Considera-se que o quilombo de Gurupá é um território que está prestes a concluir seu processo de posse coletiva da área para que a própria comunidade decida a melhor forma de uso dos recursos naturais. Adicionalmente, tanto a energia firme vinda do sistema nacional de geração, quanto o transporte através de estrada vicinal e fluvial ligam a comunidade à sede do município de Cachoeira do Arari e demais comunidades e a outros municípios vizinhos, inclusive à capital do estado, são uma realidade positiva do ponto de vista econômico. Diante dessas constatações, é razoável afirmar que se políticas públicas alcançarem o quilombo no que diz respeito a melhor organizar sua produção, financiamento público para implementação de unidade de beneficiamento e a organização de cooperativas, poderemos ter no território incremento significativo na renda das famílias.

## Referências

- BASTOS, Priscila da Cunha. Entre o quilombo e a cidade: trajetória de uma jovem quilombola. In: MDS, Prêmio Territórios Quilombolas (2ª edição). Brasília 2007;
- BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Embrapa Amazônia Oriental. Sistema de Produção do Açaí. Vol. 4 - 2ª Edição Dez./2006
- CABRAL, C. Lopes. Conflitos territoriais na comunidade quilombola de Gurupá APA arquipélago do Marajó/Pa. 2017. UNB. Brasília/DF;
- CARMELIO, Edna de Cássia. Desenvolvimento Regional Sustentável. Cooperação FBB – Fundação Banco do Brasil e IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Volume 2 - Fruticultura Açaí. 2010.
- CELESTINO, Edmir Amanajás. Etnografia do conflito falado: o discurso de agentes sociais sobre o conflito vivido e falado em Cachoeira do Arari, arquipélago do Marajó - Pa. 2015. UFPA;
- COUTINHO, Rebeca Venancio. A exploração do açaí como alternativa para o desenvolvimento econômico da Amazônia Legal\_ estudo de caso do estado do Pará. Boa Vista/RR. 2017;
- FAJARDO, Sérgio. ROCHA, Marcio Mendes. Aspecto do ideário cooperativista e o cooperativismo no Brasil. In: CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 16, n. 43, p. 22-47. 2021.
- FIGUEIREDO, Napoleão. “Presença africana na Amazônia”. Revista Afro-Ásia, UFBA, Salvador, Nº 12, 1976;
- GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA TRABALHO E DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA – GPTDA. Relatório Analítico do Território do Marajó. Relatório de agosto de 2012. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra129.pdf>>. Acesso em: 26. Nov. 2021;
- HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Açaí: novos desafios e tendências in: Extrativismo vegetal na Amazônia – História, ecologia, economia e domesticação. Embrapa. 2014.
- LAKATOS, Eva e Marconi, Marina. Metodologia do Trabalho Científico. SP : Atlas, 1992;
- LEITE, Ilka B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. In: Etnográfica, vol. IV (2), 2000;
- MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. Didática, São Paulo, v. 26/27.1990/1991

- MARIN. R. E. A et al. Campesinato negro na Ilha de Marajó: Relatório do Projeto Estudo de comunidades negras rurais no Estado do Pará. Belém: UNAMAZ/SEJU/NAEA, 2004.
- MARIN. R.E.A. Território Quilombola nos rios Arari e Gurupá: sistemas de uso, conflituosidade e poder em Cachoeira do Arari – Pará, UNAMAZ; INCRA, Belém, 2008.
- MARTINOT, Jan Feldmann. PEREIRA, Henrique dos Santos. SILVA, Suzy Cristina Pedroza da. Coletar ou Cultivar: as escolhas dos produtores de açaí-da-mata (Euterpe precatoria) do Amazonas. Artigo.Rev. Econ. Sociol. Rural 55. • Oct-Dec 2017;
- MPF. Ministério Público Federal. Inquérito Civil, n. 1.23.000.000121/2012-43. 11 de Novembro de 2013.em:<http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2014/justica-proibe-lancamento-aereo-de-agrotoxicos-em-arrozal-no-marajo>. 22. Novembro. 2021.
- NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA.UEA/INCS/BNDES/FUNDO AMAZONIA. Quilombolas dos Rios Arari e Gurupá – município de Cachoeira do Arari reunidos na oficina de mapeamento social. Disponível em: <<http://novacartografiasocial.com.br/>>. Acessado em: 10.09.2021.
- PALHARES, V.M.A.: História, filosofia, doutrina e evolução teórica e prática do cooperativismo, CECRESPA, VOL.I., BELÉM – PA. 1997.
- SCHMITT, Alessandra. TURATTI, Maria Cecília Manzoli. CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. Ambiente & Sociedade - Ano V – nº 10 – 1º Semestre de 2002.
- SERVIÇO DE APOIO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Arranjos produtivos locais: cooperativas. 2021. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/br/cooperecrescer>. Acesso em: 22. Novembro. 2021.
- TEIXEIRA, C. C. 1980. O aviamento e o barracão na sociedade do seringal. Estudo sobre a produção extrativista de borracha na Amazônia. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP.
- SANTILLI, J. Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Peirópolis, 2005
- SÃO PAULO. (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Tratados e organizações ambientais em matéria de meio ambiente. São Paulo,1999. v. 1. Disponível em: <<http://www.bdt.org.br/sma/entendendo/atual.htm>>. Acesso em: 14. Agosto. 1999.
- SILVA, Danielle Wagner. Extrativismo e desenvolvimento no contexto da Amazônia brasileira. SER/UFPR. 2016. In: [www.ser.ufpr.br](http://www.ser.ufpr.br). Acesso em 03.08.2023.

## ANEXO I

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**Título da pesquisa:** "A geração de renda através do beneficiamento local do açaí na comunidade remanescente quilombola de Gurupá".

**Nome do responsável:** Carlos Alberto da Silva Leão.

**Número do CAAE:**

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa e é elaborado em duas vias, assinadas e rubricadas pelo pesquisador e pelo participante, sendo que uma via deverá ficar com você e outra com o pesquisador.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

**Justificativa e objetivos:**

**Justificativa**

O desemprego, o baixo poder aquisitivo e até mesmo a fome nas famílias das comunidades quilombolas na Amazônia têm sido evidenciados em várias visitas *in loco*, principalmente nos municípios de Cachoeira do Arari e Salvaterra, nos campos do Marajó. Tal fato remonta à colonização e a escravidão e que permaneceu mesmo com o abolicionismo e com a república. Segundo Napoleão Figueiredo (1976), no contexto dos conflitos entre ordens religiosas e colonos teve-se na Amazônia a entrada gradual e cada vez mais frequente da mão de obra negra escrava, com o intuito de substituir o indígena. Essa mão de obra vinda do continente africano aportava em São Luiz e Belém, e daí eram dirigidas para as outras regiões do vale amazônico, chegando ao Marajó e em Cachoeira do Arari, no quilombo de Gurupá.

Daí a importância que tal tema desperta no sentido de debater a sustentabilidade econômica da comunidade. A ideia de se buscar na comunidade quilombola de Gurupá soluções com geração de renda pelo beneficiamento de açaí. Vemos que o beneficiamento de 01 rasa ou paneiro de açaí, que contém cerca de 13 kg de fruto e custa em torno de 50,00 reais, pode produzir 07 litros de polpa do fruto e ser comercializado ao valor de 16,00 reais cada litro. Ou seja, de um investimento de 50 reais é possível ter um retorno bruto de 112 reais, o que proporciona um lucro bruto de 62 reais em cada rasa.

Se, ao invés de beneficiar, o produtor vender a rasa diretamente na comunidade para um atravessador, o valor bruto obtido seria algo em torno de 65 a 70 reais em rasa, proporcionando um lucro bruto de 15 a 20 reais. Portanto, o beneficiamento ou industrialização do açaí pode gerar uma

renda bruta de 3 a 4 vezes mais do que a venda direta do fruto in natura. Para evidenciarmos o cálculo demonstrativo acima, a pesquisa será realizada de agosto à setembro de 2022.

#### **Objetivo Geral**

Discutir impactos dos conflitos entre “posseiros fazendeiros” e rizicultores de um lado e os ribeirinhos nativos – quilombolas, de outro quanto aos efeitos sobre a renda monetária da comunidade de Gurupá.

#### **Objetivos Específicos**

Levantar o impacto do beneficiamento/industrialização do açaí como melhoria de renda da comunidade de Gurupá.

Contribuir para uma melhor compreensão sobre a geração e melhoria de renda na comunidade quilombola Gurupá.

#### **Procedimentos:**

Participando do estudo você está sendo convidado a responder perguntas diretas para preenchimento de questionário, bem como gravação de entrevista em áudio e vídeo, com tempo máximo de 2 horas, na própria comunidade, sem necessidade de despesas para deslocamentos.

#### **Desconfortos e riscos:**

A Pesquisa não apresenta riscos previsíveis de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do participante.

#### **Benefícios:**

A pesquisa possibilitará benefícios diretos aos participantes e à comunidade, pois possibilitará um maior conhecimento sobre o tema para ações futuras de melhorias de qualidade de vida da comunidade de Gurupá. Pois o resultado e todo o material da pesquisa serão disponibilizados para a comunidade através de sua Associação.

#### **Acompanhamento e assistência:**

Você tem o direito à assistência integral e gratuita devido a danos diretos e indiretos, imediatos e tardios, pelo tempo que for necessário.

#### **Sigilo e privacidade:**

Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado.

#### **Ressarcimento e indenização:**

Caso haja despesas para participação na pesquisa você terá direito a ressarcimento, desde que combinado antecipadamente entre pesquisador e participante. Você terá a garantia ao direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

**Contato:**

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador Carlos Alberto da Silva Leão, endereços: Rua Dr. Lúlio Silva 298, CEP: 68.840-000. Centro – Cachoeira do Arari – Pará ou Conjunto Costa e Silva, Rua “D”, Nº 213 –Apto – “D”, CEP: 66.645-675. Castanheira. Belém-Pará. Fone (91) 98821 6263, e-mail: [albertinhoarau@gmail.com](mailto:albertinhoarau@gmail.com), ou pessoalmente na comunidade quilombola durante as visitas. Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria acadêmica da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) das 09:00hs às 16:00hs na Avenida Ipiranga nº. 1071 sala 608; CEP 01039-903 São Paulo – SP; telefone (11) 3229-2995; e-mail: [maestria.estado@flacso.org.br](mailto:maestria.estado@flacso.org.br).

**O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP):**

O papel do CEP é avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) tem por objetivo desenvolver a regulamentação sobre proteção dos seres humanos envolvidos nas pesquisas. Desempenha um papel coordenador da rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) das instituições, além de assumir a função de órgão consultor na área de ética em pesquisas.

**Consentimento livre e esclarecido:**

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar:

Nome do (a) participante da pesquisa:

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

---

Participante da Pesquisa

**Responsabilidade do Pesquisador:**

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante da pesquisa. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado e pela CONEP, quando pertinente. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante da pesquisa.

---

Carlos Alberto da Silva Leão - Pesquisador

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

## ANEXO II

**Comitê de Ética****Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais****Parecer 44/2022**

**Projeto:** A geração de renda através do beneficiamento local do açaí na comunidade remanescente quilombola de Gurupá (PA)

**Estudante/pesquisador (a):** Carlos Alberto da Silva Leão

**Orientador (a):** Karine L. Narahara

A partir da atenta análise do projeto de pesquisa **A geração de renda através do beneficiamento local do açaí na comunidade remanescente quilombola de Gurupá (PA)** o Comitê de Ética da Flacso Brasil declara que o mencionado projeto reúne, de forma idônea, os requisitos para sua aprovação, tanto do ponto de vista técnico quanto na adequação conceitual da proposta e suas condições de operacionalidade, atendendo aos padrões éticos e normativos contidos na Resolução CNS 510/16 (Normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais), no Código de Ética da Flacso Brasil e no Código de Ética do Sistema Flacso.

Brasília, 15 de junho de 2022.

**Profa. Dra. Miriam Abramovay**  
**Pelo Comitê de Ética da Flacso Brasil**

## ANEXO III



**FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO "ESTADO, GOVERNO E POLÍTICAS PÚBLICAS".**

Mestrando: Carlos Alberto da Silva Leão

## ANEXO I

## Formulário de Pesquisa:

**A geração de renda através do beneficiamento local do açaí na comunidade  
remanescente quilombola de Gurupá.**

<b>1 - Número de formulário:</b>		
<b>2. Identificação Pessoal</b>		
2.1 - Nome Completo		
2.3 - Apelido		2.4 - Pai/Mãe extrativista? 1( ) SIM 2( ) NÃO
2.5 - CPF	_____	
2.6 - Sexo	1( ) Masculino 2( ) Feminino	2.7 Data de Nascimento ___/___/_____
2.8 - Endereço		
Bairro		
Telefones	DDD( ): _____	ou DDD( ): _____
E-mail		
2.9 - Escolaridade	1( ) não estudou 2( )Ens. Fundam. Incomp. 3( )Ensino Fundam. Completo 4( )Ensino médio Incomp. 5( )Ensino médio completo 6( )Superior incomp. 7( )superior comp.	
<b>3. Caracterização da área</b>		
3.1 - A área é própria	1( ) Sim 2( ) Não. Se a resposta é "Não" responda a questão 3.2	
3.2 - É área de conflito	1( ) Sim 2( ) Não. Se a resposta é "Sim", responda a questão 3.3	
3.3 - Essa condição influenciou na sua atividade econômica	1( ) Sim 2( ) Não. Se a resposta é "Sim", responda a questão 3.4.	
3.4 - Quais foram as influências em sua atividade econômica	1( ) baixo retorno financeiro 2( ) encarecimento do produto 3( ) divisão do lucro 4( ) limitação em investimento	
<b>4. Identificação Atividade</b>		
4.1 - Qual atividade econômica você desenvolve? 1( ) Extrativismo Açaí 2( ) Pesca 3( ) Agricultura 4( ) Outras: _____		
4.2 - É atividade: 1( ) associativa 2( ) própria 3( ) cooperativa		
4.3 - Qual a faixa de sua renda familiar mensal?	1- ( ) Até 01 SM. 2. ( ) Entre 01 e 02 SM. 3. ( ) Entre 02 e 03 SM. 4. ( ) Entre 03 e 05 SM. 5. ( ) Acima de 05 SM	
4.4 - Qual a principal fonte de renda?		
<b>5. Percepção de negócio</b>		
5.1 - Você sabe o que é uma Cooperativa? 1 - ( ) SIM. 2 - ( ) NÃO		
5.2 - Você aceitaria participar de uma Cooperativa de Beneficiamento de Açaí? 1 - ( ) SIM. 2 - ( ) NÃO		
5.3 - Já Procurou instituições de apoio a negócios para atingir seus objetivos? 1( ) Sim 2( ) Não		
5.4 - Qual? 1( ) Instituição Governamental 2( ) ONG 3( ) Empresa Privada		



**FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO “ESTADO, GOVERNO E POLÍTICAS PÚBLICAS”.**

Mestrando: Carlos Alberto da Silva Leão

5.5 - Você se considera um bom administrador de dinheiro? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Porque? _____			
5.6 - Você se considera uma pessoa com iniciativa própria? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Porque? _____			
5.7 - Você se considera uma pessoa com capacidade de Liderança? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Porque? _____			
5.8 - Você se sente habilitado em assumir responsabilidade de negócio? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Porque? _____			
5.9 - Já foi financiado?;		Valor:	Ano:
<input type="checkbox"/> Sim		Valor:	Ano:
<input type="checkbox"/> Não:		Valor:	Ano:
5.10 - Quem Viabilizou o Recurso? <input type="checkbox"/> Instituição Governamental <input type="checkbox"/> ONG <input type="checkbox"/> Empresa Privada			
5.11 - Objetivos do Financiamento		<input type="checkbox"/> Extrativismo Açai <input type="checkbox"/> Pesca <input type="checkbox"/> Agricultura <input type="checkbox"/> Outros	Detalhes do Financiamento:
5.12 - Seu negócio/ empreendimento se mantém até hoje? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> Não Porque? _____			
5.13 - Principais Dificuldades: (Coloque n° em ordem crescente de dificuldade)	<input type="checkbox"/> Documentação Pessoal	<input type="checkbox"/> Taxas de juros	09(,) Prazo de pagamento
	<input type="checkbox"/> Elaboração do Projeto	<input type="checkbox"/> Informação Linhas de Crédito	10(,) Valor do Financiamento
	<input type="checkbox"/> DAP	<input type="checkbox"/> Assistência Técnica	11(,) Propriedade da Terra
	<input type="checkbox"/> Carência	<input type="checkbox"/> Inadimplência	12(,) Outros
5.14 - Tem alguma ideia nova para a criação de algum negócio/empreendimento? <input type="checkbox"/> Sim. Qual _____ <input type="checkbox"/> Não. Por quê? _____			
6 - Quais os principais problemas para quem mora na comunidade de Gurupá? _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____			
7 - Quais os principais problemas para os produtores de açai? _____ _____ _____ _____ _____ _____			
8 - Local:		10 - Assinatura:	
9 - Data: __/__/____			